



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DA VITTIA
FERTILIZANTES E BIOLÓGICOS S.A. PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022**

29 de março de 2022

ÍNDICE

1.	OBJETO	3
2.	DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS	5
3.	CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA	5
4.	INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	5
4.1.	<i>Instruções para Assembleia exclusivamente digital</i>	5
4.2.	<i>Documentos para participação na Assembleia</i>	7
5.	BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA	9
5.1.	<i>Envio do boletim diretamente à Companhia</i>	9
5.2.	<i>Envio por meio dos prestadores de serviço</i>	10
5.3.	<i>Informações Adicionais</i>	11
6.	INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	11
7.	DELIBERAÇÕES	12
8.	CONFLITO DE INTERESSES	12
9.	INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	12
10.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	12
I.	Demonstrações Financeiras	13
II.	Orçamento de Capital para o exercício social de 2022	14
III.	Destinação do Resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	14
IV.	Fixação do número de membros do Conselho de Administração 17	
V.	Eleição dos membros do Conselho de Administração	18
VI.	Proposta da Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal	22
11.	APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS	22
12.	CONCLUSÕES	23
	ANEXO I	24
	ANEXO II	100
	ANEXO III	101
	ANEXO IV	108
	ANEXO V	128
	ANEXO VI	130

VITTIA FERTILIZANTES E BIOLÓGICOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 45.365.558/0001-09

NIRE 35.300.530.152 | Código CVM nº 2576-3

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da **VITTIA FERTILIZANTES E BIOLÓGICOS S.A.** ("Companhia"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), e da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), vem apresentar a V. Sas. a presente proposta ("Proposta") a ser submetida à apreciação e deliberação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se reunirá, de forma exclusivamente digital, conforme orientações dispostas nesta Proposta, no dia 29 de abril de 2022, às 15h ("AGO" ou "Assembleia").

A Companhia preparou a presente Proposta em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer a todos os seus Acionistas acerca das matérias que serão deliberadas, colocando à inteira disposição sua Diretoria de Relações com Investidores, para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

1. OBJETO

A presente Proposta tem por objeto a análise das matérias que serão examinadas, discutidas e votadas na Assembleia, a saber:

- (i) tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) proposta da administração sobre o orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2022;
- (iii) proposta para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (iv) a fixação de 5 (cinco) membros para o mandato do Conselho de Administração;

- (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como a indicação, dentre os conselheiros eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; e
- (vi) fixação da remuneração global anual dos administradores e dos Conselho Fiscal da Companhia, caso os acionistas requeiram a sua instalação, para o exercício social de 2022.

As propostas da Administração sobre os itens da Assembleia, bem como as informações sobre cada uma das matérias, estão detalhadas no item 9 desta Proposta.

São Joaquim da Barra, 29 de março de 2022.

A Administração

2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS

Em atendimento à legislação e regulamentação aplicáveis, especialmente ao disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, no artigo 135, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM 480 e na Instrução CVM 481, a administração da Companhia informa que os documentos indicados nesta Proposta relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia e no *website* da Companhia, (<https://ri.vittia.com.br/>), bem como nos sites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Nos termos dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a Assembleia será convocada por meio de anúncio publicado por 3 (três) vezes no jornal “Gazeta de São Paulo”, jornal habitualmente utilizado pela Companhia, contendo o local, a data e a hora da Assembleia e sua respectiva ordem do dia.

4. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

4.1. Instruções para Assembleia exclusivamente digital

A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente digital, por meio da plataforma “Ten Meetings”, observando o disposto na Instrução CVM 481, de forma que os senhores acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia por meio de sistema eletrônico para participação a distância.

Os acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da plataforma digital deverão acessar o endereço eletrônico <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1F6D25C07A62>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme indicados abaixo, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até às 23h59min do dia 24 de abril de 2022, conforme orientações previstas na presente Proposta e no Edital de Convocação disponibilizados nesta data pela Administração da Companhia (“Cadastro”). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu *login* e senha individual para acessar a plataforma por meio do *e-mail* utilizado para o Cadastro.

No caso de procurador/representante, este deverá realizar o Cadastro com seus dados no mesmo endereço eletrônico da plataforma Ten Meetings indicado acima, indicando também cada acionista que irá representar e anexando os documentos indicados abaixo.

O procurador/representante receberá *e-mail* individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. O procurador/representante que porventura representar mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia.

O acionista que participar da Assembleia por meio da plataforma digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do artigo 21-V da Instrução CVM 481.

O acionista que comprovada e devidamente tiver solicitado a participação na Assembleia por meio da plataforma digital e não tenha recebido da Companhia o *e-mail* com as instruções para acesso até às 16h do dia 27 de abril de 2022 deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (16) 3810-8028 ou pelo *e-mail* ri@vittia.com.br para suporte.

Verificada a regularidade dos documentos de representação enviados nos termos acima, as informações e orientações para acesso à plataforma digital, incluindo, mas sem limitação, o *login* e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso à Assembleia, serão encaminhadas após a habilitação a ser confirmada pela Companhia por *e-mail*, para cada acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) que tenha efetuado o regular Cadastro.

Em caso de necessidade de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do Cadastro, representantes da Companhia entrarão em contato com o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para solicitar tal complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em tempo hábil que permita o envio das informações e orientações para acesso à plataforma digital no prazo referido acima.

A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital no telefone ora referido até 2 (duas) horas antes do horário marcado para início da Assembleia. Ainda, a Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio).

O acesso à plataforma digital deverá ocorrer exclusivamente por computador.

Assim, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação do seu acesso. A Administração esclarece que não será permitido o acesso à Assembleia por meio da plataforma digital após o horário previsto para o seu início.

O acesso à Assembleia via plataforma digital estará restrito aos acionistas ou a seus representantes ou procuradores ("Participantes"), aos administradores da Companhia e às demais pessoas cuja presença seja obrigatória por força de lei ou da regulamentação aplicável.

A Companhia desde já informa que não autorizará a participação na Assembleia de qualquer Participante que não tenha solicitado o *link* de acesso no prazo acima indicado, assim como para os Participantes que solicitaram o *link*, mas o fizeram sem apresentar os documentos de participação necessários no prazo acima indicado.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

Os Participantes que enviarem a solicitação de participação na Assembleia dentro do prazo acima indicado devem se comprometer, desde já, a: (i) fazer uso dos convites individuais apenas e tão somente para participação na Assembleia; (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a terceiro, seja ele acionista ou não, sendo o convite personalíssimo e intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem transferir, a terceiro, seja ele acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação obtida na plataforma digital durante a realização da Assembleia.

Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Participante venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar sua participação na Assembleia por meio da plataforma digital.

A Companhia reserva-se no direito de utilizar quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para: (i) registro das manifestações dos Participantes e também para visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; (ii) registro da autenticidade e segurança das comunicações realizadas durante a Assembleia; (iii) registro da presença e dos votos proferidos pelos Participantes; (iv) cumprimento de eventuais ordens legais de autoridades competentes; e (v) defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

4.2. Documentos para participação na Assembleia

A Companhia, observando o disposto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação em vigor, demanda como requisito para a admissão em Assembleia, a apresentação pelos acionistas ou por seus representantes, dos seguintes documentos: (a)

comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia; e (c) na hipótese de representação do acionista, instrumento de mandato, o qual deverá (i) ter sido outorgado em conformidade com as disposições do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) apresentar firmas reconhecidas.

Adicionalmente, o acionista, seu representante legal ou o mandatário, conforme o caso, deverá apresentar, no mesmo endereço eletrônico da plataforma Ten Meetings indicado acima, os seguintes documentos comprobatórios de identidade: (a) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) ("Documento de Identidade"), para as pessoas físicas; (b) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado com evidência de registro na junta comercial competente e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como Documento de Identidade dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; e (c) no caso de fundos de investimento, cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, com as devidas evidências de registro no órgão competente, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como Documento de Identidade dos representantes legais.

No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notariação e consularização. Documentos redigidos em outras línguas, nos termos do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, conforme alterado, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada.

Nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 5 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, fica dispensada a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que observados todos os seus termos e condições.

As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser

administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014).

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos 1º e 2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários.

5. BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Em atendimento à Instrução CVM 481, foi disponibilizado boletim de voto a distância nas páginas da Companhia (ri.vittia.com.br), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>) na rede mundial de computadores, em versão passível de impressão e preenchimento manual, o qual contém as matérias da agenda da AGO.

Os acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na Assembleia deverão preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas no boletim, observados os seguintes procedimentos:

5.1. Envio do boletim diretamente à Companhia

Depois de preenchidos o boletim, os acionistas deverão enviar, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, exclusivamente por meio eletrônico para o endereço ri@vittia.com.br, os seguintes documentos:

- (i)** o boletim de voto a distância, com todos os campos devidamente preenchidos, rubricados e assinados, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (“ICP-Brasil”), ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem, a critério da Companhia, a autoria e integridade do documento e dos signatários; e
- (ii)** cópia dos documentos de identidade e de comprovação de representação, conforme instruções contidas no item 4 desta Proposta.

Para ser aceito validamente, o boletim de voto, observado o disposto acima, deverá ser recebido pela Companhia até o dia até 22 de abril de 2022, inclusive. Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio

de *e-mail* ao endereço eletrônico informado pelo acionista no boletim de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do boletim: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como se o boletim e os documentos recebidos são suficientes para que os votos do acionista sejam considerados válidos; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que os acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância.

Conforme parágrafo único do artigo 21-U da Instrução CVM 481, o acionista pode retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, desde que observado o prazo para o recebimento pela Companhia acima indicado. Não serão considerados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) sem observância dos prazos e formalidades de envio indicadas acima.

5.2. Envio por meio dos prestadores de serviço

Conforme facultado pelo artigo 21-B da Instrução CVM 481, além do envio do boletim de voto a distância diretamente para a Companhia, os acionistas poderão enviar instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que referidas instruções sejam recebidas até 22 de abril de 2022, inclusive, ou outra data específica indicada pelos respectivos prestadores de serviço.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio do Banco Bradesco S.A.

O agente de custódia e o Banco Bradesco S.A verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, bem como a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, conforme orientações proferidas pela CVM no âmbito do Ofício Circular Anual CVM/SEP, de 24 de fevereiro de 2022.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com o Banco Bradesco S.A, caso necessitem de informações adicionais para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis. No caso de acionistas que tenham parte das ações de emissão da

Companhia de sua titularidade em custódia e parte em ambiente escritural, ou que possuam ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante, as instruções de voto podem ser enviadas apenas para uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de titularidade do acionista.

5.3. Informações Adicionais

Adicionalmente, a Companhia ressalta que:

- (i) caso haja divergências entre eventual boletim recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto coletada pelo agente escriturador (conforme constante no mapa de votação proveniente do escriturador), para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do parágrafo 2º do artigo 21-W da Instrução CVM 481;
- (ii) conforme determinado pelo artigo 21-S da Instrução CVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;
- (iii) encerrado o prazo de votação à distância por meio de boletim, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia, observado que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que participe e vote da Assembleia por meio do sistema eletrônico, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para aquele acionista, identificado por meio do número de seu CPF ou CNPJ, devem ser desconsideradas, nos termos do artigo 21-C, parágrafo 2º, II, da Instrução CVM 481; e
- (iv) conforme previsto no artigo 21-X da Instrução CVM 481, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia ou caso seja necessária sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

6. **INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Como regra geral, enunciada no artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, as assembleias gerais instalam-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Se não for possível instalar a Assembleia em primeira convocação, novos anúncios de convocação serão oportunamente publicados pela Companhia, sendo que, em segunda convocação, a Assembleia poderá ser instalada com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto.

7. DELIBERAÇÕES

As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

8. CONFLITO DE INTERESSES

Durante a realização da Assembleia, os acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá se manifestar qualquer acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação. Quando manifestado o conflito de interesse, o acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da Assembleia deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos.

9. INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Importante destacar que a instalação de Conselho Fiscal, que constará no Boletim de Voto a Distância referente à AGO, não compõe esta Proposta, tendo sido inserida no Boletim de Voto a Distância por exigência regulatória.

Nesse sentido, a Administração esclarece que, nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia já possui um Comitê de Auditoria Estatutário cujos membros são indicados pelo Conselho de Administração – sendo composto por membros independentes do próprio Conselho e externos – e que cumpre com (i) os requisitos obrigatórios previstos na Resolução da CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021; e (ii) os requisitos obrigatórios previstos no Regulamento do segmento de listagem Novo Mercado de governança corporativa.

10. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia submete à Assembleia as propostas descritas a seguir.

I. Demonstrações Financeiras

A Administração propõe que sejam aprovadas as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras e o parecer do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os quais obtiveram parecer favorável do Comitê de Auditoria, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela CVM e pelas demais normas da CVM, e devidamente auditadas por auditor independente registrado junto à CVM, conforme divulgadas em 18 de março de 2022 na íntegra na página de Relações com Investidores da Companhia e nos *websites* da CVM e da B3 e publicadas de forma reduzida no jornal "Gazeta de São Paulo" em 25 de março de 2022, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos da legislação aplicável, as demonstrações financeiras da Companhia foram colocadas à disposição dos senhores acionistas na forma de "caderno do auditor" acompanhadas dos seguintes documentos e informações: (a) relatório dos administradores sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (b) relatório anual do auditor independente; (c) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes; e (d) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis.

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais foi elaborado em linha com as informações divulgadas na Seção 10 do Formulário de Referência, e, conforme aplicável, contém todas as informações mínimas previstas na Lei das Sociedades por Ações: (a) considerações a respeito da aquisição de debêntures de própria emissão (artigo 55, parágrafo 2º); (b) política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas (artigo 118, parágrafo 5º); (c) negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício (artigo 133, inciso I); e (d) relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício (artigo 243).

Adicionalmente, o Relatório da Administração contém as informações a respeito da relação entre a Companhia e o auditor independente, nos termos da Instrução da CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, conforme alterada.

Atendendo ao disposto no artigo 9º, item III, da Instrução CVM 481, o **Anexo I** ao presente contém, nos termos da seção 10 do formulário de referência, nos termos do item

10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

Com base nos documentos e informações disponibilizados, a Administração propõe à Assembleia a aprovação integral das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas, do relatório anual dos auditores independentes e do relatório da administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2021.

II. Orçamento de Capital para o exercício social de 2022

Nos termos do artigo 196 da Lei das S.A., a assembleia geral pode deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício para execução de orçamento de capital por ela previamente aprovado, sendo possível a aprovação pela assembleia geral ordinária que deliberar a respeito das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Nesse sentido, a administração da Companhia propõe à Assembleia a aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2022, no valor total de R\$32.357.512,67 (trinta e dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e doze reais e sessenta e sete centavos), a ser utilizado para ampliação da capacidade fabril e modernização das unidades produtivas, conforme consta do **Anexo II** à presente Proposta.

III. Destinação do Resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

A administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. proposta de destinação dos resultados, face à apuração de lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 no montante total de **R\$107.111.282,78 (cento e sete milhões, cento e onze mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos)**.

Descontando-se a parcela de R\$40.281.337,18 (quarenta milhões, duzentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e sete reais e dezoito centavos) destinada à reserva de subvenção, bem como o montante de R\$3.341.497,28 (três milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos) destinado à formação da reserva legal, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva de incentivos fiscais, o lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, perfaz o montante de **R\$63.488.448,32 (sessenta e três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos)**.

Nos termos do artigo 38, item "iii" do Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, é de **R\$15.872.112,08 (quinze**

milhões, oitocentos e setenta e dois mil, cento e doze reais e oito centavos). Ocorre que, no decorrer do exercício social de 2021, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2021, a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio no montante total bruto de R\$13.953.765,52 (treze milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) que deverá ser imputado ao montante do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social de 2021.

O montante bruto dos juros sobre capital próprio declarado se sujeitou à tributação pelo imposto de renda retido na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), conforme a legislação em vigor, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, para os quais não há retenção, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa, de maneira que foi pago aos acionistas da Companhia a título de juros sobre o capital próprio o valor líquido de R\$12.504.282,78 (doze milhões, quinhentos e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos).

Além disso, o Conselho de Administração da Companhia propõe, em adição ao dividendo mínimo obrigatório acima mencionado, a distribuição de dividendos adicionais no montante total de **R\$15.258.823,57 (quinze milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos).**

A tabela abaixo apresenta os cálculos descritos na presente Proposta:

	2021
	(R\$)
Lucro Líquido do exercício	107.111.282,78
(-) Reserva de subvenção	(40.281.337,18)
Lucro Líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva de subvenção	68.829.945,60
(-) Reserva legal (5%)	(3.341.497,28)
Lucro Líquido do exercício ajustado pela constituição da Reserva Legal	63.488.448,32
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	15.872.112,08
(-) Juros sobre capital próprio distribuído em 24 de novembro de 2021 (valor líquido)	12.504.282,78
(-) Dividendos adicionais	15.258.823,57
Saldo do Lucro Líquido do Exercício	32.357.512,67
(-) Orçamento de capital	32.357.512,67

Desta forma, a Administração da Companhia propõe a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

- (i) R\$40.281.337,18 (quarenta milhões, duzentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e sete reais e dezoito centavos), para a reserva de subvenção;
- (ii) R\$3.341.497,28 (três milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), para a reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) após a constituição das reservas acima, o montante de R\$63.488.448,32 (sessenta e três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos), correspondente ao lucro líquido ajustado do exercício, será distribuído da seguinte forma:
 - (a) o montante de R\$15.872.112,08 (quinze milhões, oitocentos e setenta e dois mil, cento e doze reais e oito centavos) foram destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, dos quais o montante líquido de R\$12.504.282,78 (doze milhões, quinhentos e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos) foi pago aos acionistas a título de juros sobre capital próprio em 30 de dezembro de 2021, cuja distribuição e pagamento foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 24 de novembro de 2021;
 - (b) o montante de R\$15.258.823,57 (quinze milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos) será distribuído aos acionistas a título de dividendos adicionais e pago até 3 de junho de 2022, correspondente a R\$0,106668 por ação, considerando a

quantidade de 143.049.107 ações ordinárias, conforme informações de aviso aos acionistas a ser divulgado oportunamente pelo Conselho de Administração da Companhia e observado os procedimentos da instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia; e

- (iv) o saldo restante do lucro líquido ajustado do exercício no valor de R\$32.357.512,67 (trinta e dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e doze reais e sessenta e sete centavos) será destinado ao orçamento de capital para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O pagamento dos dividendos terá como beneficiários os acionistas que estiverem inscritos nos registros da Companhia na data de 4 de maio de 2022, respeitadas as negociações realizadas até essa data, inclusive. As ações de emissão da Companhia serão negociadas *ex-direitos* ao recebimento dos dividendos a partir de 5 de maio de 2022, inclusive. O pagamento dos dividendos relativos ao exercício social encerrado em 2021 será efetuado até 03 de junho de 2022, conforme informações de aviso aos acionistas a ser divulgado oportunamente pelo Conselho de Administração da Companhia e observado os procedimentos da instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia.

Não haverá atualização monetária ou incidência de juros entre a presente data e a data do efetivo pagamento dos dividendos.

Por fim, em cumprimento ao artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481, o **Anexo III** à presente Proposta contém todas as informações a respeito da Proposta para destinação do lucro líquido do exercício.

IV. Fixação do número de membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 7 (sete) membros, residentes ou não no Brasil, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua reeleição. O Conselho de Administração da Companhia é atualmente composto por 5 (cinco) membros efetivos e a Administração propõe que tal número seja mantido.

Adicionalmente, em linha com o parágrafo primeiro do artigo 17 do Estatuto Social, e em observância ao Regulamento do Novo Mercado, ao menos 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser caracterizados como conselheiros independentes. Conforme o Regulamento do Novo Mercado, independentemente do

resultado do percentual acima, no mínimo 2 (dois) membros do conselho de administração deverão ser qualificados como conselheiros independentes.

Em vista da proposta para que o Conselho de Administração seja composto por 5 (cinco) membros, (i) serão eleitos por voto majoritário ou voto múltiplo (se requerido, nos termos da legislação) todos os 5 (cinco) membros do Conselho de Administração, ou (ii) se houver a eleição de um membro do Conselho de Administração por votação em separado (se requerido, nos termos da legislação), serão eleitos por voto majoritário ou voto múltiplo (se requerido, nos termos da legislação) os demais 4 (quatro) membros do Conselho de Administração.

Os acionistas da Companhia, representando no mínimo 10% (dez por cento) do capital social votante, isoladamente ou em conjunto, poderão eleger um membro do Conselho de Administração através da votação em separado, sem a participação dos acionistas controladores.

Os acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social votante, isoladamente ou em conjunto, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia. Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no conselho de administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acionistas que pretendam requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverão fazê-lo até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, cabendo à mesa que dirigir os trabalhos da Assembleia informar previamente aos acionistas, à vista do Livro de Presença, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

Se a eleição dos membros do Conselho de Administração se der pelo sistema de voto múltiplo cumulativo com a votação em separado, a Lei das Sociedades por Ações, assegura aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número superior aos eleitos pelos demais acionistas, independentemente do número de membros a compor o órgão que seja fixado. Neste caso, a eleição pelo voto em separado será anterior à eleição por voto múltiplo. Os votos utilizados em votação em separado não poderão ser utilizados novamente para a eleição de demais membros do conselho de administração na Assembleia, seja por voto majoritário ou por voto múltiplo (se requerido, nos termos da legislação).

V. Eleição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos da legislação aplicável, os acionistas podem indicar um ou mais candidatos para compor o conselho de administração. Em conformidade com a Instrução CVM 481,

esta Proposta apresenta considerações sobre os candidatos indicados pelo acionista controlador e as instruções para a indicação de candidatos pelos demais acionistas da Companhia.

A Administração da Companhia propõe a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para mandatos unificados de 2 (dois) anos, conforme abaixo indicados:

Candidato	Cargo
Francisco Guilherme Romanini	Presidente
Patrícia Amélia Bueno	Vice-Presidente e Membro Independente
Wilson Fernando Romanini	Membro Efetivo
Gilmar Chbâne Bosso	Membro Efetivo
Ricardo Reisen de Pinho	Membro Independente

As informações sobre os candidatos que concorrerão ao Conselho de Administração, conforme exigido no artigo 10 da Instrução CVM 481, estão contidas no **Anexo IV** da presente Proposta.

Indicação de um ou mais candidatos para compor o conselho de administração

Os acionistas que desejarem indicar outros candidatos para o Conselho de Administração poderão notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação do candidato.

O acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá, no mesmo ato, apresentar: (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; (ii) o currículo do candidato, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, e as demais informações requeridas no artigo 10 da Instrução CVM 481; e (iii) a declaração de independência prevista no artigo 17, I, do Regulamento do Novo Mercado, por meio do qual o indicado deverá atestar seu enquadramento em relação aos critérios de independência.

A declaração de desimpedimento deverá, conforme previsto na Instrução da CVM nº 367, de 29 de março 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 367"), ser firmada em instrumento próprio e conter a declaração do candidato ao Conselho de Administração de que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei das

Sociedades por Ações; (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com a Instrução CVM 367, presume-se ter interesse conflitante com a Companhia o candidato que: (i) tenha sido eleito por acionista que também tenha elegido conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.

A qualificação completa do candidato indicado deverá atender aos requisitos mínimos determinados pelo Departamento de Registro de Empresa e Integração (DREI) para o registro da ata da Assembleia pela Junta Comercial (item 5.1 do Anexo IV à Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020): (i) nome civil por extenso; (ii) nacionalidade; (iii) estado civil (no caso de união estável, citar o estado civil); (iv) profissão; (v) CPF; e (vi) endereço.

Assim que receber a indicação de candidato para membro do Conselho de Administração contendo as informações mínimas exigidas pela Instrução CVM 367, a Companhia divulgará "Aviso aos Acionistas" informando a respeito da indicação de candidato para membro do Conselho de Administração.

Ademais, caso tal indicação seja recebida até o dia 4 de abril de 2022 e seja apresentada mediante solicitação de inclusão de candidato ao Conselho de Administração no boletim de voto a distância, por acionistas que detenham, pelo menos, 1,0% (um por cento) do capital votante, observados os procedimentos e prazos aplicáveis, a Companhia, se considerar a solicitação válida e conforme, rerepresentará o Boletim de Voto a Distância, para nele incluir o nome de novo candidato ao Conselho de Administração, conforme previsto no artigo 21-A, parágrafo 3º, da Instrução CVM 481 e alterados pela Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, a qual estará em vigor quando da realização da Assembleia.

A despeito dos procedimentos para indicação prévia e divulgação, a indicação de candidato a membro do Conselho de Administração poderá ser realizada na própria Assembleia pelo acionista ou o por grupo de acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, desde que apresentados os documentos e informações requeridos pela legislação acima mencionados.

Caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração

À luz do Regulamento do Novo Mercado, a independência dos membros do Conselho de Administração deve ser analisada em face de impedimentos objetivos – os quais, uma vez verificados, impedem a atribuição da qualificação de conselheiro independente – e os parâmetros subjetivos que levam em conta o relacionamento da pessoa com a Companhia, seu acionista controlador e administradores e a possibilidade de tal vínculo afetar a independência do conselheiro de administração.

Nesse sentido, nos termos do Artigo 16, § 1º, do Regulamento do Novo Mercado, são considerados impedimentos à caracterização de conselheiro independente:

- (i) ser acionista controlador da Companhia;
- (ii) ter o exercício do voto nas reuniões do Conselho de Administração restrito ou vinculado por acordo de acionistas relacionado à Companhia;
- (iii) ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; ou
- (iv) ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.

Verificada qualquer das hipóteses de impedimento, o candidato em questão pode ser eleito membro do Conselho de Administração, mas não poderá ser caracterizado como “conselheiro independente” em consonância com o Regulamento do Novo Mercado. Caso o indicado não preencha nenhuma das hipóteses de impedimento acima referidas, devem ainda ser analisados determinados relacionamentos do candidato que, em função de suas características, magnitude e extensão, possam implicar perda da independência, nos termos do artigo 16, parágrafo 2º do Regulamento do Novo Mercado.

Feitas essas considerações e com base nas informações fornecidas pelos candidatos no relatório de análise do Conselho de Administração aprovado na reunião realizada em 28 de março de 2022, na forma do **Anexo V**, a administração considera que os seguintes candidatos se enquadram nos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado: (i) Patrícia Amélia Bueno; e (ii) Ricardo Reisen de Pinho.

Desse modo, a Administração propõe que Patrícia Amélia Bueno e Ricardo Reisen de Pinho, caso eleitos, sejam caracterizados como conselheiros independentes.

Indicação, dentre os conselheiros eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração

O acionista controlador da Companhia indicou os seguintes candidatos dentre os indicados ao Conselho de Administração para ocupar os cargos de Presidente e de Vice-presidente, respectivamente: Francisco Guilherme Romanini e Patrícia Amélia Bueno.

VI. Proposta da Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal

A Administração propõe a remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal, caso os acionistas requeiram a sua instalação, para o exercício social de 2022, no valor total de R\$10.090.401,63 (dez milhões, noventa mil, quatrocentos e um reais e sessenta e três centavos), cabendo ao Conselho de Administração definir as remunerações individuais e repartir as parcelas fixa e variável, dentro do limite proposto, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

O valor global de remuneração da administração proposto compreende a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, incluindo remuneração fixa e variável (máxima), direta e indireta, assim como benefícios de qualquer natureza e os montantes a serem reconhecidos no resultado da Companhia em decorrência da remuneração baseada em ações da Companhia. Ressalta-se que não estão incluídos no valor global ora proposto tributos e contribuições para a previdência social oficial que sejam ônus do empregador.

A tabela a seguir apresenta a estimativa de divisão da remuneração global entre os órgãos da administração:

	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria (R\$)	Total (R\$)
Remuneração Variável (máxima)	-	2.882.008,44	2.882.008,44
Remuneração Fixa (salário/pro labore) (máxima)	1.971.065,10	4.599.208,42	6.570.273,52
Benefícios	-	638.119,67	638.119,67
Baseada em Ações	-	-	-
TOTAL	1.971.065,10	8.119.336,53	10.090.401,63

Ainda, atendendo ao disposto no artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481, a Companhia apresenta no **Anexo VI** as informações constantes na forma do item 13 do Formulário de Referência, nos termos do item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480.

11. APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A presente proposta foi aprovada pelo conselho de administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2022, respectivamente, conforme atas que se

encontram à disposição de V.Sas. na sede da Companhia e no *website* da Companhia (<https://ri.vittia.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

12. CONCLUSÕES

Pelos motivos acima, a administração da Companhia submete a presente Proposta da Administração à apreciação dos senhores acionistas reunidos na Assembleia da Companhia, recomendando sua integral aprovação.

ANEXO I
SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
(Item 10 do Formulário de Referência)

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em milhares de Reais.

As informações contábeis consolidadas revisadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a IAS 34 emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

a) *Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais*

A Companhia é produtora e comercializadora de insumos agrícolas para nutrição e defesa vegetal, possuindo uma extensa gama de produtos que atendem à demanda de produtores agrícolas de diversas culturas como soja, milho, algodão, café, cana de açúcar, pastagens, hortifruti, entre outros.

A Diretoria da Companhia entende que as receitas da Companhia são preponderantemente provenientes de seis categorias de produto: (i) Fertilizantes Foliares, (ii) Micros de Solo, (iii) Defensivos Biológicos, (iv) Inoculantes, (v) Condicionadores de Solo e Organominerais, e (vi) Produtos Industriais e Outros. Embora essas receitas nos proporcionem satisfatórios níveis de geração de caixa, foram efetuados contratos de financiamento cujos recursos foram investidos no capital de giro da Companhia e nova fábrica de produtos biológicos.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia apresentou a seguinte representatividade da receita bruta em relação a cada uma das categorias de produtos: (i) Fertilizante Foliares representou 38,9%, 44,2% e 46,4%, da receita bruta da Companhia, respectivamente; (ii) Micros de Solo representou 17,5%, 21,6% e 20,9% da receita bruta da Companhia, respectivamente; (iii) Defensivos Biológicos representou 12,4%, 9,8% e

8,0% da receita bruta da Companhia, respectivamente; (iv) Inoculantes representou 6,9%, 7,0% e 7,4% da receita bruta da Companhia, respectivamente; (v) Condicionadores de Solo e Organominerais representaram 15,4%, 7,9% e 6,0% da receita bruta da Companhia, respectivamente; (vi) Produtos Industriais e Outros representou 8,8%, 9,5% e 11,3% da receita bruta da Companhia, respectivamente. Dessa forma, a Companhia tem conseguido executar sua estratégia de melhorar o mix de categorias de produtos que possuem mais tecnologia agregada e maiores margens.

Os diretores acreditam que o agronegócio brasileiro passa por um bom momento e apresenta uma tendência de melhora significativa das atividades, seja em razão da retomada da economia, redução dos juros, criação de alternativas de financiamento para as empresas e consumidores, bem como pelo crescimento do setor de agronegócio como um todo. Em 2021, o setor correspondeu a 27,4% do PIB brasileiro, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP), e apresentou taxa de crescimento anual composta de 3,5% ao ano no período de 2011 a 2021.

Os mercados específicos nos quais a Companhia está inserida também apresentam taxas de crescimento bastante promissoras, tendo em vista que o Brasil apresenta um solo muito pobre em macronutrientes e micronutrientes, o que acarreta uma maior demanda em fertilizantes especiais visando ao aumento de produção, bem como em razão da alta presença de pragas e doenças no país, uma vez que as condições climáticas tornam a proliferação mais fácil, o que impacta diretamente os produtores rurais e cria a necessidade de investimentos em defensivos. O diferencial da Companhia é prover a esses produtores as melhores tecnologias para fertilizantes especiais e defensivos biológicos, que pela questão da sustentabilidade e também da eficiência, possuem um potencial enorme para aumentar a penetração de mercado em nutrição vegetal e substituir o enorme mercado de defensivos químicos.

A seguir, apresentamos as informações sobre a atual estrutura financeira e patrimonial da Companhia:

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<i>(R\$ milhares, exceto percentuais)</i>			
(A) Dívida Bruta (Empréstimos e Financiamentos Circulantes e Não Circulantes)	245.370	243.211	170.840
Capital de Giro	215.779	213.601	169.047
FINAME e Leasing	503	994	1.690
CCB BNDES	29.088	28.617	-
Partes Relacionadas	-	-	103
(B) Caixa e Equivalentes de Caixa	(89.998)	(46.411)	(37.234)
(C=A-B) Dívida Líquida	155.372	196.800	133.606
(D) Patrimônio Líquido	485.920	291.077	218.004
(E=C/D) Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	32,0%	67,6%	61,3%

A Diretoria entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são sólidas e suficientes para atender suas obrigações com terceiros e sua necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento do serviço da dívida, bem como para fazer frente a seu cronograma de investimentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o patrimônio líquido da Companhia aumentou de R\$291,1 milhões para R\$485,9 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$194,8 milhões ou 66,9%, principalmente em função do aumento do Capital Social decorrente da abertura de capital da Companhia em setembro/2021.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o patrimônio líquido da Companhia aumentou de R\$218,0 milhões para R\$291,1 milhões, representando um aumento de R\$73,1 milhões ou 33,5%, estando sempre em linha com o desenvolvimento do nível de atividade do negócio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o patrimônio líquido da Companhia cresceu de R\$170,4 milhões para R\$218,0 milhões, representando um aumento de R\$47,6 milhões ou 28,0%.

Principais Indicadores financeiros

Apresentamos abaixo tabela contendo os índices Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida/Patrimônio Líquido, nossos principais indicadores financeiros, nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro:

	Em 31 de dezembro de:		
	2021	2020	2019
Dívida Bruta	245.370	243.211	170.840
Caixa e Equivalentes de Caixa	(89.998)	(46.411)	(37.234)
Dívida Líquida	155.372	196.800	133.606
Lucro Líquido	107.740	85.933	58.114
EBITDA Ajustado	176.069	114.282	81.725
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,9x	1,7x	1,6x
Patrimônio Líquido	485.851	291.077	218.004
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	32,0%	67,6%	61,3%
Ativo Circulante	601.898	427.082	339.394
Passivo Circulante	308.041	257.360	179.381

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$601,9 milhões, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$308,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$427,1 milhões, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$257,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$339,4 milhões, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$179,4 milhões.

A Companhia apresenta os índices de alavancagem e liquidez em patamares considerados adequados por seus Diretores. Sendo assim, a Companhia está preparada e em condições de acessar o mercado para fazer frente a oportunidades que venham a surgir.

b) Estrutura de capital

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de

crescimento.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$308,0 milhões, o passivo não circulante era de R\$51,9 milhões e o patrimônio líquido era de R\$485,9 milhões. Dessa forma, a estrutura de capital era composta de 57,4% de capital próprio e 42,6% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$257,4 milhões, o passivo não circulante era de R\$72,3 milhões e o patrimônio líquido era de R\$291,1 milhões. Dessa forma, a estrutura de capital era composta de 46,9% de capital próprio e 53,1% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$179,4 milhões, o passivo não circulante era de R\$62,3 milhões e o patrimônio líquido era de R\$218,0 milhões, R\$47,6 milhões maior em relação a 31 de dezembro de 2018. Dessa forma, a estrutura de capital era composta de 47,4% de capital próprio e 52,6% de capital de terceiros.

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia apresentou aumento na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, com redução da necessidade de capital de terceiros, principalmente em razão do aumento de capital proveniente da oferta pública de ações da Companhia.

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao nosso passivo circulante e não circulante) nos períodos indicados:

<i>(R\$ milhares, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de:		
	2021	2020	2019
Passivo Circulante (a)	308.041	257.360	179.381
Passivo Não Circulante (b)	51.888	72.317	62.307
Capital de Terceiros (a+b)	359.928	329.677	241.688
Patrimônio Líquido (c)	485.851	291.077	218.004
Total (d)	845.779	620.754	459.692
Parcela de Capital de Terceiros ((a+b)/d)	42,6%	53,1%	52,6%
Parcela de Capital Próprio (c/d)	57,4%	46,9%	47,4%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia acreditam que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Diretoria acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$308,0 milhões, valor inferior ao ativo circulante, que na mesma data era de R\$601,9 milhões, incluindo os valores de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$90,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$257,4 milhões, valor inferior ao ativo circulante, que na mesma data era de R\$427,1 milhões, incluindo os valores de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$46,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$179,4 milhões, valor inferior ao ativo circulante, que na mesma data era de R\$339,4 milhões, incluindo os valores de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$37,2 milhões.

Conforme mencionado no item 10.1.a acima, a Companhia apresenta os índices Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e índices de liquidez corrente em patamares considerados adequados por seus Diretores. Sendo assim, a Administração entende que a Companhia está preparada e em condições de acessar o mercado para fazer frente às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos no curto prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia financia suas atividades de capital de giro predominantemente com empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os financiamentos de capital de giro se fazem necessários dado o descasamento entre o prazo de compra de matéria-prima e os demais custos em relação ao prazo médio de recebimento. O prazo médio de recebimento da companhia acaba sendo alongado em função de uma prática comum de financiamento dos clientes que ocorre no setor de insumos agrícolas no Brasil, o chamado Prazo Safra. Ou seja, nessa prática os clientes fazem o pagamento apenas após o período de colheita da safra. A Companhia faz o faturamento e conseqüentemente entrega dos produtos conforme a demanda nutricional ou de defesa da fase vegetativa da cultura em questão. Porém, todo o pagamento é feito após o produtor receber os recursos da venda da safra em questão. Para cada safra existe um período de pagamento determinado no ano, independente do momento da compra. Por exemplo, a safra de soja tem as datas de pagamento concentrados em 30 de maio e 30 de junho, a depender da região. Já a safra de café tem o pagamento concentrado nos meses de setembro e outubro do ano fiscal.

Os financiamentos para capital de giro têm o seu custo atrelado ao CDI e têm por garantia duplicatas de venda da Companhia junto a clientes pessoa física e pessoa jurídica. Para os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia realizou a contratação de uma linha de financiamento com o BNDES para a construção da nova fábrica de produtos biológicos, no montante de até R\$62 milhões.

A amortização será em 204 (duzentos e quatro) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de

amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de maio de 2023, e a última em 15 (quinze) de abril de 2040.

Os juros são devidos à taxa de 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento) ao ano para o Subcrédito "A" e 3,02% (três inteiros e dois centésimos por cento) ao ano para o Subcrédito "B" (a título de remuneração), compostos com a Taxa de Longo Prazo – TLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, capitalizáveis durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente na amortização

No curso normal de suas atividades, em montante significativamente menor, a Companhia investe na aquisição de máquinas e equipamentos que são destinados à mecanização e industrialização da produção de insumos agrícolas. Para aquisição destes equipamentos, conforme o caso, a Companhia poderá contratar financiamentos, primordialmente, por meio de operações de leasing ou contratações de FINAMEs.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração da Companhia não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso venhamos a ter algum descasamento entre as disponibilidades e os compromissos de curto prazo, poderemos contratar novas linhas de financiamento ou ainda captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro. Na contratação de novos financiamentos, os Diretores buscam analisar as opções disponíveis no mercado, almejando sempre o prazo e taxas de juros condizentes.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

Empréstimos e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Bruta da Companhia, representada pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, atingiu o montante total de R\$245,4 milhões, representando um aumento de R\$2,2 milhões quando comparado com a dívida bruta em 31 de dezembro de 2020. A dívida líquida, por sua vez, em 31 de dezembro de 2021 era de R\$155,4 milhões, representando uma redução de R\$41,4 milhões em sua dívida líquida quando comparado com a dívida líquida em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta da Companhia, representada pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, atingiu o montante total de R\$243,2 milhões, representando um aumento de 42,4% quando comparado com a dívida bruta em 31 de dezembro de 2019. A dívida líquida, por sua vez, em 31 de dezembro de 2020 era de R\$196,8 milhões, representando um aumento de 47,3% em sua dívida líquida quando comparado com a dívida líquida em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Bruta da Companhia atingiu o montante total de R\$170,8 milhões, sendo que R\$117,2 milhões representavam dívidas de curto prazo e R\$53,5 milhões correspondiam a dívidas de longo prazo, representando um aumento de 13,2% quando comparado com dívida bruta em 31 de dezembro de 2018. A dívida líquida, por sua vez, em 31 de dezembro de 2019 era de R\$133,6 milhões, representando um aumento de 0,8% em sua dívida líquida quando comparado com a dívida líquida em 31 de dezembro de 2018.

A tabela abaixo evidencia a composição da Dívida Bruta da Companhia para os períodos indicados:

<i>(R\$ milhares)</i>	Dívida Bruta (Empréstimos e Financiamentos Circulantes e Não Circulantes)	Em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2019
Capital de Giro		215.779	213.601	169.047
FINAME e Leasing		503	994	1.690
CCB BNDES		29.088	28617	-
Partes Relacionadas		-	-	103
Total		245.370	243.211	170.840
Parcela Circulante		199.436	184.125	117.293
Parcela Não Circulante		45.934	59.086	53.546

Os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo relevantes da Companhia são divididos nas seguintes categorias: (i) Capital de Giro; (ii) FINAME e Leasing; (iii) CCB BNDES; e (iv) Partes Relacionadas.

Capital de Giro

4131 Swap

Nessas operações a Companhia contrata uma dívida em moeda estrangeira (dólar ou euro) junto a uma instituição financeira e ao mesmo tempo contrata um swap para troca dessa obrigação em moeda estrangeira (ponta ativa para a Companhia) para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI acrescido de um spread (ponta passiva para a Companhia). Essas operações são tomadas junto a mesma contraparte e tem casamento de valores e datas de vencimento. Os “swaps” são classificados como derivativos de valor justo e seu resultado contabilizado como ganhos (perdas) com derivativos e as dívidas em moeda estrangeira são classificadas como empréstimos e financiamentos e o resultado da variação cambial e do juro classificado como despesa financeira.

Cédulas de Crédito Bancário (CCBs)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam 8 (oito) Cédulas de Crédito Bancário, ainda vigentes, emitidas em favor das seguintes instituições financeiras: (i) Banco Votorantim S.A.; (ii) Banco Santander (Brasil) S.A.; (iii) Banco Itaú Unibanco S.A.; e (iv) Banco Bradesco S.A.

Outros Instrumentos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam ainda (i) 1 (um) Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, emitido em favor do Banco ABC do Brasil S.A., (ii) 1 (uma) Cédula de Crédito à Exportação, emitido em favor do Banco Votorantim S.A, e (iii) 7 (seis) Contratos de Negociação de Operação de *Swap*, ainda vigentes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam 17 (dezesete) instrumentos de financiamento, ainda vigentes, sendo: (i) 8 (oito) Cédulas de Crédito Bancário; e (ii) 6 (seis) Outros Instrumentos.

Os empréstimos celebrados na categoria capital de giro totalizavam um saldo devedor de R\$215,7 milhões, em 31 de dezembro de 2021.

FINAME e Leasing

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam 11 (onze) instrumentos de financiamento, ainda vigentes, para aquisição de máquinas e equipamentos em favor das seguintes instituições financeiras: (i) Banco do Brasil S.A.; e (ii) Banco Santander (Brasil) S.A. Os empréstimos celebrados totalizam o saldo devedor de R\$503 mil, em 31 de dezembro de 2021.

CCB BNDES

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam 1 (uma) cédula de crédito bancário, ainda vigente, emitida em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O empréstimo celebrado totaliza o montante de R\$62 milhões, com saldo devedor de R\$29,0 milhões, em 31 de dezembro de 2021.

O crédito total é dividido em 2 (dois) subcréditos, nos valores e para as finalidades seguintes:

- (a) Subcrédito "A":** no valor de R\$45.121.000,00 (quarenta e cinco milhões e cento e vinte e um mil reais): Construção de planta industrial e laboratório de P&D para a fabricação de produtos no controle biológico de pragas e desenvolvimento de novas tecnologias, em São Joaquim da Barra – SP; e
- (b) Subcrédito "B":** no valor de R\$16.879.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos e setenta e nove mil reais): Construção de centro de distribuição, em São Joaquim da Barra – SP.

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não registraram qualquer saldo de empréstimos e financiamentos em aberto com partes relacionadas.

A tabela abaixo lista os contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021 celebrados pela Companhia e suas controladas:

Empréstimos e Financiamentos							
#	Linha de Crédito	Instituição Financeira	Indexador	Garantia	Amortização	Vencimento	Valor
							(em R\$ milhares)
Capital de Giro							
1	CCB Agro	Votorantim	CDI + 2,45% a.a.	<p>(i) Aval – Terceiros Garantidores: (a) Wilson Fernando Romanini; e (b) José Plínio Romanini;</p> <p>(ii) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas; e</p> <p>(iii) Alienação Fiduciária de Bem Imóvel: Propriedade rural situada no município de Veríssimo/MG, denominada “Fazenda Novo Horizonte”, objeto da matrícula registrada sob o nº 73.747, expedida em 30 de maio de 2019, no Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, cujo valor de avaliação é de R\$17.621.020,00, conforme descrição da certidão na matrícula.</p>	Semestral	01/07/2019 a 01/07/2024	40.000
2	CCE - Cédula de Crédito à Exportação	Votorantim	CDI + 2,25% a.a.	<p>(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas; e</p> <p>(ii) Valores mantidos em conta corrente: Saldo disponível na conta vinculada.</p>	Anual	26/02/2021 a 02/03/2022	10.000
3	CCB 4131	Santander	CDI + 2,01896 a.a.	<p>(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas</p> <p>(ii) Standby Letter of Credit</p>	Anual	19/02/2021 a 14/02/2022	15.000
4	CCB 4131	Santander	CDI + 1,90 a.a.	<p>(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas</p> <p>(ii) Standby Letter of Credit</p>	Anual	27/01/2021 a 24/01/2022	15.000
5	CCB 4131	Santander	CDI + 2,43 a.a.	<p>(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas</p> <p>(ii) Standby Letter of Credit</p>	Anual	26/03/2021 a 21/03/2022	5.000
6	CCB 4131	Santander	CDI + 1,85 a.a.	<p>(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas</p> <p>(ii) Standby Letter of Credit</p>	Anual	15/06/2021 a 10/06/2022	20.000
7	4131 Swap	Itaú	CDI + 1,9313 a.a.	<p>(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas; Cedentes: (a) Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A, e</p> <p>(b) Vitória Fertilizantes S/A</p>	Anual	27/08/2021 a 22/08/2022	14.999

				(ii) Garantia Internacional: Financial Bond			
8	4131 Swap	Itaú	CDI + 1,8221 a.a	(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas	Anual	12/07/2021 a 07/07/2022	16.227
9	4131 Swap	Itaú	CDI + 2,3269	(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas; Cedentes: (a) Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A, e	Anual	22/11/2021 a 17/11/2022	12.000
				(b) Vitória Fertilizantes S/A			
				(ii) Garantia Internacional: Financial Bond			
10	4131 Swap	Itaú	CDI + 1,8224 a.a	(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas	Anual	12/07/2021 a 07/07/2022	21.220
				(ii) Garantia Internacional: Financial Bond			
11	CCB Swap	Bradesco	CDI + 1,89 a.a.	(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas	Anual	18/06/2021 a 15/06/2022	10.000
				(ii) Standby Letter of Credit			
12	CCB 4131 Swap	Bradesco	CDI + 2,070	(i) Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito: Duplicatas	Anual	10/08/2021 a 05/08/2022	15.000
				(ii) Standby Letter of Credit			
13	CCB AGRO	Banco ABC	CDI + 2,0 a.a.	(i) Penhor dos Direitos Creditórios: Garantia de Lastro	Anual	25/06/2021 a 20/06/2022	20.000
				(ii) Garantia Fiduciária, conforme instrumentos apartados: Garantias Adicionais			
14	4131 Swap	Citibank	CDI + 1,23% a.a.	(i) Stand-by letter (contrato de garantia internacional); e	Semestral	07/02/2020 a 07/02/2022	14.999
				(ii) Instrumento Particular de Cessão e Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios: alienação ao Citibank de todos os direitos creditórios, principais e acessórios, oriundos do Instrumento Particular de Contrato para a Realização de Operações de Swap com início em 07/02/2020 e vencimento em 07/02/2022.			
FINAME							
16	FINAMES	Banco do Brasil / Santander	TJLP + 6,5% a.a.	Nos FINAMES celebrados com o Santander, a garantia se dá por meio de Instrumentos de Alienação Fiduciária que têm como garantia as seguintes máquinas e equipamentos adquiridos: (i) 5 (cinco) tanques de fibra de vidro - vertical; e (ii) 1 (um) trator agrícola 62 CV.	Mensal após 12 meses de carência	31/08/2013 a 16/11/2023	2.414
Cédula de Crédito Bancário BNDES							

17	CCB	BNDES	Subcrédito "A": IPCA + 1,83% a.a. (taxa de juros prefixada) + 2,62% a.a. (spread BNDES)	(i) Hipoteca do terreno situado em São Joaquim da Barra (SP), matrícula nº 6.421 do Livro nº 2 do 4º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São Joaquim da Barra (SP). A hipoteca, além do terreno, abrange construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer outras acessões, benfeitorias, valorizações, frutos e qualquer bem vinculado ao bem principal, inclusive pertenças, que na vigência da CCB se incorporarem ao imóvel, excetuadas as máquinas e equipamentos adquiridos com os recursos do sistema FINAME e do BNDES enquanto onerados em favor de Agentes Financeiros de Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME;	Mensal	15/05/2023 a 15/04/2040	62.000
				(ii) Aval: (a) Wilson Fernando Romanini; (b) Francisco Guilherme Romanini; e (c) José Plínio Romanini.			
			Subcrédito "B": IPCA + 1,83% a.a. (taxa de juros prefixada) + 3,02% a.a. (spread BNDES)				

i. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

ii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2021 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

iii. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciados neste item 10.1(f) acima e, portanto, no contexto de tais financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. No entendimento da Administração da Companhia, tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia;
- (b) alteração da composição do capital social da Companhia;
- (c) alienação de ativos da Companhia;
- (d) emissão de novas dívidas e valores mobiliários; e
- (e) descumprimento de determinados índices financeiros, conforme se segue:
 - (i) Índice de Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) superior a 1,30x com base no encerramento de cada exercício social; e
 - (ii) Endividamento (Dívida Financeira Total/EBITDA Ajustado) acrescido de AVP (ajuste a valor presente) inferior a 3,0x com base no encerramento de cada exercício social.

Os cálculos acima são para fins de *covenants* e podem não estar alinhados com os cálculos do tópico 3.2. O descumprimento dessas restrições pode levar ao vencimento antecipado de tais obrigações financeiras.

De acordo com a Cédula de Crédito Bancário nº 20.9.0002.1 emitida pela Companhia em favor do BNDES, em 13 de março de 2020 ("CCB BNDES"), a Companhia não poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social encerrado entre 2020 e 2024. Além disso, nos termos da CCB BNDES, a Companhia não poderá realizar, a partir de 2025, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social, exceto nos casos em que o indicador financeiro Dívida Líquida/EBITDA Ajustado do último exercício social seja menor ou igual a 3 (três).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento com as obrigações previstas em seus instrumentos financeiros.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Da totalidade dos contratos de financiamentos ativos em 31 de dezembro de 2021, apenas a CCB BNDES ainda tem futuros desembolsos do valor efetivamente contratado, até 31 de dezembro de 2021 foi desembolsado R\$28,0 milhões dos R\$62,0 milhões contratados. O restante dos contratos da companhia já foi desembolsado em sua totalidade e estão em período de amortização.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, disponíveis no site da Companhia (ri.vittia.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

Ressaltamos que as informações contábeis consolidadas revisadas para o período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a IAS 34 emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

i. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020		Variação 2021 X 2020
		% Total		% Total	
Receita Operacional Líquida	778.915	100,0%	530.646	100,0%	46,8%
Custo das Vendas	(494.712)	-63,5%	(336.752)	-63,5%	46,9%
Lucro Bruto	284.203	36,5%	193.894	36,5%	46,6%
Despesas com Vendas	(58.740)	-7,5%	(37.019)	-7,0%	58,7%
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.566)	-0,2%	(2.955)	0,6%	-47,0%
Despesas Administrativas e Gerais	(74.530)	-9,6%	(54.566)	-10,3%	36,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(6.528)	-0,8%	1.229	0,2	-631,3%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	142.839	18,3%	100.583	19,7%	42,0%
Receitas Financeiras	32.624	4,2%	9.600	1,8%	239,9%
Despesas Financeiras	(45.764)	-5,9%	(47.411)	-8,9%	-3,5%
Instrumentos Financeiros Derivativos, líquidos	2.654	0,3%	30.259	5,7%	-91,2%
Resultado financeiro líquido	(10.486)	-1,3%	(7.552)	-1,4%	38,8%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	132.353	17,0%	93.030	17,5%	42,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.900)	-3,7%	(6.045)	-1,1%	378,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.287	0,6%	(1.052)	-0,2%	-507,7%
Resultado do Período	107.740	13,8%	85.933	16,2%	25,4%

Receita Operacional Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida totalizou R\$778,9 milhões, representando um aumento de 46,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$530,6 milhões. Este aumento deveu-se, principalmente, a melhor performance de vendas em todas as categorias de produto da Companhia dado o bom momento do agronegócio brasileiro (Fertilizantes Foliaves, Micro de Solo, Defensivos Biológicos, Inoculantes, Condicionadores de Solo e Organominerais e Produtos Industriais e Outros). Destacam-se o aumento das vendas das categorias de Condicionadores de solo e Organominerais, cuja receita bruta apresentou crescimento de 191,9%, e de Defensivos Biológicos, cuja receita bruta apresentou crescimento 88,8%. O expressivo crescimento da categoria Condicionadores de Solo se deve a consolidação da receita advinda da Vitória que se enquadra nessa categoria de produtos. O aumento da categoria Defensivos Biológicos tem como fator adicional o sucesso na adoção dessa nova tecnologia.

Custo das Vendas

Em 31 de dezembro de 2021, o custo das vendas foi de R\$494,7 milhões, representando um aumento de 46,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$336,8 milhões. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em decorrência do aumento

das vendas de todas as categorias de produtos da Companhia.

Lucro Bruto

Em decorrência dos fatores acima, o lucro bruto, em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$284,2 milhões, apresentando um aumento de 46,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$193,9 milhões.

Despesas com Vendas

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas com vendas totalizaram R\$58,7 milhões, apresentando um aumento de 58,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$37,0 milhões. Este aumento pode ser explicado pelo crescimento dos valores de comissão e pelo maior número de funcionários na equipe comercial, em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

Provisão para Perdas de Crédito Esperadas

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas de crédito esperadas totalizou R\$1,6 milhão, apresentando uma redução de 47,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$3,0 milhões. Esta redução reflete a expectativa de perdas para o período.

Despesas Gerais e Administrativas

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$74,5 milhões, apresentando um aumento de 36,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$54,6 milhões. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento das contratações para reforçar a estrutura administrativa da Companhia no período.

Resultado Antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos

Em 31 de dezembro de 2021, o resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos totalizou R\$142,8 milhões, apresentando um aumento de 42,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$100,6 milhões. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao crescimento de 46,6% do lucro bruto.

Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, as receitas financeiras totalizaram R\$32,6 milhões, apresentando um aumento de 239,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$9,6 milhões. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em decorrência do aumento da variação cambial ativa verificada no período, que é gerada em sua maioria pelos contratos de empréstimo em moeda estrangeira na modalidade 4131 swap.

Despesas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas financeiras totalizaram R\$45,8 milhões, apresentando uma redução de 3,59% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 valor de R\$47,4 milhões. Esta redução pode ser explicada, principalmente, em decorrência do impacto da variação cambial sobre as dívidas denominadas em moeda estrangeira na modalidade 4131 swap.

Instrumentos Financeiros Derivativos, Líquidos

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros derivativos líquidos totalizaram ganhos de R\$2,7 milhões, apresentando uma redução de 91,2% em relação aos ganhos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$30,3 milhões. Esta queda pode ser explicada, principalmente, em decorrência do impacto da variação cambial (US\$ contra R\$) do período nos contratos de *swaps*, que foram celebrados para proteção da exposição cambial das operações de 4131.

Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2021, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R\$132,4 milhões, apresentando um aumento de 42,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$93,0 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente e diferido

Em 31 de dezembro de 2021, o imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido totalizaram R\$24,6 milhões, apresentando um aumento de 246,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$7,1 milhões. O aumento da taxa efetiva ocorreu devido principalmente à alteração do sistema de tributação na Biovalens, que em 2020 teve apuração por lucro presumido e passou para apuração por lucro real em 2021 gerando um aumento na alíquota efetiva consolidada, dado que em 2020 sua alíquota efetiva foi substancialmente menor do que a alíquota prevista pelo lucro real.

Resultado do Período

Em decorrência dos fatores descritos acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado do período totalizou R\$107,7 milhões, apresentando um aumento de 25,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$85,9 milhões.

ii. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019		Variação 2020 X 2019
		% Total		% Total	
Receita Operacional Líquida	530.646	100,0%	431.954	100,0%	22,8%
Custo das Vendas	(336.752)	-63,5%	(276.978)	-64,1%	21,6%
Lucro Bruto	193.894	36,5%	154.976	35,9%	25,1%
Despesas com Vendas	(37.019)	-7,0%	(34.606)	-8,0%	7,0%
Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.955)	0,6%	(5.520)	-1,3%	-46,5%
Despesas Administrativas e Gerais	(54.566)	-10,3%	(48.326)	-11,2%	12,9%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	1.229	0,2	(47)	0,0%	-2714,2%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	100.583	19,7%	66.476	15,4%	51,3%
Receitas Financeiras	9.600	1,8%	10.988	2,5%	-12,6%
Despesas Financeiras	(47.411)	-8,9%	(19.555)	-4,5%	142,4%
Instrumentos Financeiros Derivativos, líquidos	30.259	5,7%	2.759	0,6%	996,7%
Resultado financeiro líquido	(7.552)	-1,4%	(5.809)	-1,3%	30,0%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	93.030	17,5%	60.668	14,0%	53,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.045)	-1,1%	(2.659)	-0,6%	127,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.052)	-0,2%	106	0,0%	-1092,0%
Resultado do Período	85.933	16,2%	58.114	13,5%	47,9%

Receita Operacional Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida totalizou R\$530,6 milhões, representando um aumento de R\$98,7 milhões ou 22,8%, quando comparada com o valor de R\$431,9 milhões, referente exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento pode ser explicado pela melhor performance de vendas das principais categorias de produto da Companhia (Fertilizantes Foliares, Micro de Solo, Defensivos Biológicos, Inoculantes, Condicionadores de Solo e Organominerais e Produtos Industriais e Outros). Mesmo com a pandemia, a demanda mundial por alimentos foi robusta no período e impulsionou o desempenho do agronegócio mundial. No Brasil, o cenário foi ainda mais favorável impulsionado pela expressiva desvalorização cambial, que aumentou a expectativa de rentabilidade dos agricultores, e também pelo cenário climático favorável da safra de 2019/20. Com esse cenário setorial favorável, a Companhia teve sucesso na venda de suas principais categorias de produto, em especial a categoria de Condicionadores de Solo e Organominerais, cuja receita bruta cresceu 58,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, e Defensivos Biológicos, cuja receita bruta cresceu 47,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O expressivo crescimento da categoria Condicionadores de Solo se deve a consolidação da receita advinda da Vitória que se enquadra nessa categoria de produtos. O aumento da categoria Defensivos Biológicos tem como fator adicional o sucesso na adoção dessa nova tecnologia.

Custo das Vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o custo das vendas totalizou R\$336,7 milhões, representando um aumento de R\$59,8 milhões ou 21,6%, quando comparado com o valor de R\$277,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em decorrência do aumento das vendas das principais categorias de produtos da Companhia, notadamente a categoria Defensivos Biológicos, bem como a desvalorização do real no período. O crescimento dos custos em patamar menor do que o crescimento da receita foi em função de melhor mix, ou seja, a Companhia teve crescimento maior das categorias de maior margem que dessa forma impactam menos o crescimento do custo. Vale ressaltar que a categoria Defensivos Biológicos que teve o maior crescimento possui o maior valor agregado e, portanto, maior margem, já a categoria Produtos Industriais e Outros que teve o menor crescimento é a linha de menor margem.

Lucro Bruto

Em decorrência dos fatores acima, o lucro bruto totalizou R\$193,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$38,9 milhões ou 25,1%, quando comparado com o valor de R\$155,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Despesas com Vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas com vendas totalizaram R\$37,0 milhões, representando um aumento de R\$2,4 milhões ou 7,0%, quando comparadas com o valor de R\$34,6 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento pode ser explicado pelo maior número de funcionários na equipe comercial, em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

Provisão para Perdas de Crédito Esperadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas de crédito esperadas totalizou uma perda de R\$3,0 milhões, representando uma queda de R\$2,6 milhões, quando comparadas com o valor negativo de R\$5,5 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi devida a melhor performance de cobrança de crédito da Companhia, suportada por um ano agrícola mais favorável em 2020 para os nossos clientes.

Despesas Administrativas e Gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas administrativas gerais totalizaram R\$54,6 milhões, representando um aumento de R\$6,2 milhões ou 12,9%, quando comparadas com o valor de R\$48,3 milhões, referente exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento das contratações para reforçar a estrutura administrativa da Companhia no período.

Resultado Antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos totalizou R\$100,6 milhões, representando um aumento de R\$34,1 milhões ou 51,3%, quando comparado com o valor de R\$66,5 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) o aumento nas vendas; e (ii) a melhora do resultado bruto em função do mix de categorias de produtos.

Receitas Financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as receitas financeiras totalizaram R\$9,6 milhões, representando uma redução de R\$1,4 milhão ou 12,6%, quando comparadas com o valor de R\$11,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta redução pode ser explicada, principalmente, em decorrência de uma queda de R\$1,3 milhões nos juros ativos nesse período em análise. A queda nos juros ativo se deve à queda da receita financeira proveniente da apropriação mensal do AVP que é impactado diretamente pelo custo médio de captação da Companhia, impactado pela queda da taxa SELIC.

Despesas Financeiras

Neste mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas financeiras totalizaram R\$47,4 milhões, representando um aumento de R\$27,9 milhões ou 142,4% quando comparadas com o valor de R\$19,5 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em decorrência do impacto negativo de R\$36,0 milhões da variação cambial sobre as dívidas denominadas em moeda estrangeira na modalidade 4131 swap, conforme abaixo explicado. O real registrou uma depreciação de 28,9% contra o dólar no período, sendo que o PTAX fechou, em 31 de dezembro de 2020, em 5,20 contra de 4,03 em 31 de dezembro de 2019.

Instrumentos Financeiros Derivativos, Líquidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivativos líquidos totalizaram uma receita de R\$30,3 milhões, representando um aumento de R\$27,5 milhões ou 996,7% quando comparada com a uma receita de R\$2,8 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em decorrência dos impactos da variação cambial (US\$ contra R\$) do período nos contratos de *swaps*, que foram celebrados para proteção da exposição cambial das operações de 4131 *swap*.

Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência dos fatores acima, o resultado antes do imposto e contribuição social totalizou R\$93,0 milhões, representando um

aumento de R\$32,4 milhões ou 53,3%, quando comparado com o valor de R\$60,7 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente e diferido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social totalizou R\$7,1 milhões com uma taxa efetiva de 7,6%, representando um aumento de R\$4,5 milhões ou 178,0%, quando comparado com o valor de R\$2,6 milhões com uma taxa efetiva de 4,21%, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em decorrência do aumento do lucro tributado de 53,3% no período conforme explicado acima. O aumento da taxa efetiva ocorreu devido ao menor impacto da receita de subvenção, que saiu de 14,72% do resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para 10,93% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A receita de subvenção não é tributada para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Resultado do Período

Em decorrência dos fatores descritos acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado do período totalizou um lucro de R\$85,9 milhões, representando um aumento de R\$27,8 milhões ou 47,9%, quando comparado com um lucro de R\$58,1 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

iii. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ mil)	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2019		Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2018		Variação 2019 X 2018
		% Total		% Total	
Receita Operacional	431.954	100,0%	452.289	100,0%	-4,5%
Custo das Vendas	(276.978)	-64,1%	(297.269)	-65,7%	-6,8%
Lucro Bruto	154.976	35,9%	155.020	34,3%	0,0%
Despesas com Vendas	(34.606)	-8,0%	(37.905)	-8,4%	-8,7%
Provisão para perdas de crédito esperadas	(5.520)	-1,3%	690	0,2%	-900,3%
Despesas Administrativas e Gerais	(48.326)	-11,2%	(45.858)	-10,1%	5,4%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(47)	0,0%	(3.403)	-0,8%	-98,6%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	66.476	15,4%	68.544	15,2%	-3,0%
Receitas Financeiras	10.988	2,5%	10.748	2,4%	2,2%
Despesas Financeiras	(19.555)	-4,5%	(27.213)	-6,0%	-28,1%
Instrumentos Financeiros Derivativos, Líquidos	2.759	0,6%	10.352	2,3%	-73,3%
Resultado Financeiro Líquido	(5.809)	-1,3%	(6.113)	-1,4%	-5,0%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	60.668	14,0%	62.431	13,8%	-2,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.659)	-0,6%	(17.495)	-3,9%	-84,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	106	0,0%	(784)	-0,2%	-113,5%
Resultado do Exercício	58.114	13,5%	44.152	9,8%	31,6%

Receita Operacional Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida totalizou R\$432,0 milhões, representando uma redução de R\$20,3 milhões ou 4,5%, quando comparada com o valor de R\$452,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, em decorrência de um volume de vendas menor, conforme melhor explicado abaixo.

O principal fator para a queda foi a redução da receita bruta de Produtos Industriais e Outros em 2019 de 36,3 % ou R\$30,3 milhões. Essa redução foi uma decisão estratégica da Companhia de concentrar os esforços de vendas nas outras categorias de produtos, uma vez que possuem margens de contribuição melhores e estão dentro do foco de desenvolvimento de tecnologia, pilar estratégico do Grupo.

Além da redução das vendas da categoria Produtos Industriais e Outros, a performance abaixo do esperado também foi em função de um mercado de insumos agrícolas desfavorável para o exercício social de 2019.

Podemos citar 3 principais fatores:

- 1- Veranico no início do ano (janeiro e fevereiro) que impactou a safra de soja e o investimento no milho safrinha;

- 2- Cenário desfavorável para a rentabilidade do produtor no início do plantio em função de um cenário inicial de pressão de custos e estabilidade de preços das principais commodities; e
- 3- Atrasos nas chuvas de início de plantio da safra verão (setembro e outubro).

Custo das Vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o custo das vendas totalizou R\$277,0 milhões, representando uma redução de R\$20,3 milhões ou 6,8%, quando comparado com o valor de R\$297,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, em decorrência da redução nos custos com matéria-prima e insumos diretos, dado que houve uma redução do volume de vendas e menor demanda por nossos produtos finais. A redução dos custos se deu em maior intensidade do que a redução da receita, 6,8% em comparação a 4,3% da receita, em função da melhoria do mix de categorias de produtos, tendo como principal fator a redução da categoria de Produtos Industriais e Outros, que têm uma margem de custo menor do que as demais categorias de produtos.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dos fatores destacados acima, o lucro bruto totalizou R\$155,0 milhões, representando estabilidade quanto aos mesmos R\$155,0 milhões referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento da Margem Bruta da Companhia de 34,3% para 35,9% mesmo com a queda da receita, é resultado do melhor mix de categorias de produtos no período. A Companhia conseguiu ter boa performance de vendas em categorias de produtos de boa margem tendo em vista o maior foco comercial, em especial na categoria Defensivos Biológicos, que apresentou aumento da receita bruta em 45,1% e compensou a perda nas demais categorias.

Despesas com Vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas com vendas totalizaram R\$34,6 milhões, representando uma redução de R\$3,3 milhões ou 8,7%, quando comparadas com o valor de R\$37,9 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, a redução de comissões sobre vendas no valor de R\$5,1 milhões. Além da redução em termos absolutos, houve menor comissão média por venda no período. Essa redução foi parcialmente compensada por um aumento de R\$1,4 milhão em despesas com frete devido ao aumento dos preços de frete e pela diminuição da taxa de ocupação dos veículos causada pela alteração da estrutura de cargas (paletização).

Provisão para Perdas de Crédito Esperadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a provisão para perdas de crédito esperadas totalizou R\$5,5 milhões, representando um aumento de R\$6,2 milhões, quando

comparadas com o valor da reversão de R\$0,7 milhão, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em decorrência do ajuste das perspectivas de recebimento de alguns créditos, que resultou no maior provisionamento de perdas no período.

Despesas Financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas financeiras totalizaram R\$19,6 milhões, representando uma redução de R\$7,7 milhões ou 28,1% quando comparadas com o valor de R\$27,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, em decorrência da redução de R\$9,9 milhões em despesas relacionadas a variação cambial líquida que caíram de R\$14,8 milhões em dezembro de 2018 para R\$4,9 milhões em dezembro de 2019 devido ao impacto positivo da variação cambial sobre as dívidas denominadas em moeda estrangeira na modalidade 4131 swap.

Instrumentos Financeiros Derivativos, Líquidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos financeiros derivativos líquidos totalizaram uma receita de R\$2,8 milhões, representando uma redução de R\$7,6 milhões ou 73,3% quando comparado com a uma receita de R\$10,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, em decorrência do menor valor de ganho com derivativos referente ao resultado dos swaps contratados como *hedge* das operações 4131.

Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente e diferido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social totalizou R\$2,6 milhões com uma taxa efetiva de 4,2%, representando uma redução de R\$15,7 milhões ou 85,8%, quando comparado com o valor de R\$18,3 milhões com uma taxa efetiva de 29,3%, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, em decorrência do início do reconhecimento dos efeitos da subvenção de ICMS no ano de 2019 com impacto positivo de R\$8,9 milhões. A Companhia só passou a reconhecer a subvenção em 2019. A classificação como subvenção só foi possível em função da alteração da LC 160 de 2017. A Companhia contratou assessores jurídicos para análise da aplicação dos efeitos e concluiu pelo reconhecimento dos valores das subvenções a partir de 2019.

Resultado do Exercício

Em decorrência dos fatores destacados acima, o resultado do exercício totalizou um lucro de R\$58,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$14,0 milhões ou 31,6%, quando comparado a um lucro de R\$44,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL

iv. ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO

Ativo (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2021	% Total	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Variação 30/06/2021 X 31/12/2020
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalente de Caixa	89.998	10,6%	46.411	7,5%	93,9%
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.134	0,4%	8.975	1,4%	-65,1%
Contas a Receber de Clientes	341.079	40,3%	261.124	42,1%	30,6%
Estoques	142.737	16,9%	78.797	12,7%	81,1%
Impostos a Recuperar	14.230	1,7%	13.750	2,2%	3,5%
Ativo Fiscal Corrente	-	0,0%	7.204	1,2%	-100,0%
Adiantamento a Fornecedores	7.437	0,9%	6.149	1,0%	20,9%
Outros Créditos	3.283	0,4%	4.672	0,8%	-29,7%
Total do Ativo Circulante	601.898	71,2%	427.082	68,8%	40,9%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	151	0,0%	-	0,0%	N/A
Impostos a Recuperar	4.594	0,5%	378	0,1%	1115,3%
Ativo Fiscal Diferido	7.700	0,9%	3.708	0,6%	N/A
Outros Créditos	7.993	0,9%	2.535	0,4%	115,6%
Investimentos	2.483	0,3%	344	0,1%	-2,0%
Imobilizado	254	0,0%	155.682	25,1%	-26,1%
Direito de Uso	193.597	22,9%	10.115	1,6%	24,4%
Intangível	7.262	0,9%	20.910	3,4%	-28,2%
Total do Ativo Não Circulante	243.882	28,8%	193.672	31,2%	25,9%
Total do Ativo	845.779	100,0%	620.754	100,0%	36,3%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$601,9 milhões, em comparação com R\$427,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$174,8 milhões ou 40,9%, decorreu, principalmente do crescimento do Contas a receber de clientes, Estoques e Caixa e equivalentes de caixa. Em contrapartida, houve uma queda de Instrumentos financeiros derivativos e Ativo fiscal corrente. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 71,2% em 31 de dezembro de 2021 e 68,8% em 31 de dezembro de 2020.

Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2021, o Contas a Receber de Clientes era de R\$341,1 milhões, em comparação com R\$261,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$80,0 milhões ocorreu devido ao aumento significativo nas vendas da Companhia quando comparamos 2021 com 2020. Em relação ao total do ativo, o Contas a Receber de Clientes representava 40,3% em 31 de dezembro de 2021 e 42,1% em 31 de dezembro de 2020.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2021, os Estoques eram de R\$142,7 milhões, em comparação com R\$78,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$63,9 milhões ou 81,1% decorreu, principalmente, devido ao aumento de volume de negócios da Companhia no exercício e também do aumento do nível e lead time de estoque em função das dificuldades de suprimentos gerada pela desorganização das cadeias produtivas globais como reflexo da pandemia da COVID-19. Em relação ao total do ativo, os Estoques representavam 16,9% em 31 de dezembro de 2021 e 12,7% em 31 de dezembro de 2020.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$90,0 milhões, em comparação com R\$46,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$43,6 milhões, decorreu, principalmente, do aumento de capital proveniente do IPO da Companhia ocorrido em setembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o caixa e equivalentes de caixa representavam 10,6% em 31 de dezembro de 2021 e 7,5% em 31 de dezembro de 2020.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$243,9 milhões, um aumento de 25,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$193,7 milhões. Este aumento de R\$50,2 milhões, decorreu, principalmente do aumento do Imobilizado, do Ativo fiscal diferido e do Ativo fiscal corrente.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do imobilizado era de R\$193,6 milhões, um aumento de 24,4% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$155,7 milhões. Este aumento de R\$37,9 milhões, decorreu, principalmente devido ao investimento nas unidades fabris. Em relação ao total do ativo, o Imobilizado representava 22,9% em 31 de dezembro de 2021 e 25,1% em 31 de dezembro de 2020.

Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo fiscal diferido era de R\$8,0 milhões, um aumento de 115,6% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$3,7 milhões. Este aumento de R\$4,3 milhões decorreu, principalmente, ao reconhecimento de ativo diferido sobre o complemento de preço pago pela Biovalens (cláusula earn out) e prejuízo fiscal do período. Em relação ao total do ativo, o Ativo Fiscal Diferido representava 0,9% em 31 de dezembro de 2021 e 0,6% em 31 de dezembro de 2020.

Ativo Fiscal Corrente

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo fiscal corrente era de R\$7,7 milhões, um aumento de 100,0% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, que era inexistente no grupo de realizável a longo prazo. Este aumento de R\$7,7 milhões decorreu, da reclassificação do ativo fiscal corrente de ativo circulante para realizável a longo prazo, pois o mesmo tem expectativa de realização acima de 12 meses. Em relação ao total do ativo, o Ativo Fiscal Corrente representava 0,9% em 31 de dezembro de 2021 e 0,0% em 31 de dezembro de 2020.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2021	% Total	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Varição 31/12/21 X 31/12/20
CIRCULANTE					
Fornecedores	27.169	4,6%	28.285	4,6%	-3,9%
Empréstimos e Financiamentos	199.436	29,7%	184.125	29,7%	8,3%
Instrumentos Financeiros Derivativos	853	0,0%	41	0,0%	1979,4%
Salários e Encargos Sociais	21.977	2,6%	16.426	2,6%	33,8%
Impostos e Contribuições a Recolher	5.547	0,4%	2.385	0,4%	132,6%
Passivo Fiscal Corrente	8.814	0,2%	1.441	0,2%	512,0%
Adiantamentos de Clientes	16.449	0,9%	5.416	0,9%	203,7%
Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio	3.473	0,4%	2.721	0,4%	27,7%
Passivo de Arrendamento	2.757	0,6%	3.948	0,6%	-30,2%
Outras Contas a Pagar	21.566	2,0%	12.572	2,0%	71,5%
Total do Passivo Circulante	308.041	41,5%	257.360	41,5%	19,7%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	45.934	9,5%	59.086	9,5%	-22,3%
Impostos e Contribuições a Recolher	390	0,1%	693	0,1%	-43,7%
Provisão para contingências	754	0,1%	820	0,1%	-8,1%
Passivo de Arrendamento	4.809	1,0%	6.461	1,0%	-25,6%
Outras contas a pagar	-	0,8%	5.257	0,8%	-100,0%
Total do Passivo Não Circulante	51.888	11,6%	72.317	11,6%	-28,2%
Total do Patrimônio Líquido	485.851	46,9%	291.077	46,9%	66,9%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	845.779	100,0%	620.754	100,0%	36,3%

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$308,0 milhões, um aumento de 19,7% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quanto totalizou R\$257,4 milhões. Este aumento de R\$50,6 milhões decorreu, principalmente, do aumento da conta de Adiantamentos de Clientes, Empréstimos e Financiamentos e Outras Contas a Pagar.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta "Empréstimos e Financiamentos" era de R\$199,4 milhões, um aumento de 8,3% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$184,1 milhões. Este aumento de R\$15,3 milhões decorreu, principalmente, da maior necessidade de capital de giro da Companhia, uma vez que a Companhia tem apresentado

crescimento nas vendas.

Adiantamento de Clientes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta Adiantamento de Clientes era de R\$16,4 milhões, um aumento de 203,7% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$5,4 milhões. Este aumento de R\$11,0 milhões decorreu, principalmente, da maior quantidade de vendas antecipadas decorrente do bom momento do agronegócio e da sazonalidade inerente ao negócio da Companhia.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta Outras Contas a Pagar era de R\$21,6 milhões, um aumento de 71,5% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$12,6 milhões. Este aumento de R\$9,0 milhões decorreu, principalmente devido a reclassificação de R\$5,3 do longo prazo para o curto prazo referente a duas parcelas da aquisição da Vitória Fertilizantes.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o Passivo Não Circulante era de R\$51,9 milhões, uma redução de 28,2% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$72,3 milhões. Esta redução de R\$20,4 milhões decorreu, principalmente, da redução dos Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Passivo de Arrendamento.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, os Empréstimos e Financiamentos eram de R\$45,9 milhões, uma redução de 22,3% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quanto totalizou R\$59,1 milhões. Esta redução de R\$13,2 milhões decorreu, principalmente, da mudança do perfil de dívida para capital de giro da Companhia.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021, as Outras Contas a Pagar eram de R\$0,0 milhão, uma redução de 100,0% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quanto totalizou R\$5,3 milhões. Esta redução de R\$5,3 milhões decorreu, principalmente devido a reclassificação de duas parcelas da aquisição da Vitória Fertilizantes.

Passivo de Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021, o Passivo de Arrendamento era de R\$4,8 milhões, uma redução de 25,6% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quanto totalizou R\$6,5 milhões.

Esta redução de R\$1,7 milhão decorreu, principalmente, aos pagamentos de principal e juros dos contratos de arrendamento.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$485,9 milhões, um aumento de 66,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, quanto totalizou R\$291,1 milhões. Este aumento de R\$194,8 milhões decorreu, principalmente, do aumento do Capital Social em função da abertura de capital da Companhia em setembro/2021, assim como da constituição das contas de Reserva de Lucros e Reserva de Subvenção.

v. ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO

Ativo (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Variação 31/12/2020 X 31/12/19
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalente de Caixa	46.411	7,5%	37.234	8,10%	24,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.975	1,4%	3.165	0,70%	183,6%
Contas a Receber de Clientes	261.124	42,1%	218.520	47,50%	19,5%
Estoques	78.797	12,7%	61.747	13,40%	27,6%
Impostos a Recuperar	13.750	2,2%	9.448	2,10%	45,5%
Ativo Fiscal Corrente	7.204	1,2%	3.660	0,80%	96,8%
Adiantamento a Fornecedores	6.149	1,0%	4.276	0,90%	43,8%
Outros Créditos	4.672	0,8%	1.344	0,30%	247,6%
Total do Ativo Circulante	427.082	68,8%	339.394	73,80%	25,8%
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a Recuperar	378	0,06%	492	0,10%	-23,2%
Ativo Fiscal Diferido	3.708	0,60%	4.760	1,00%	-22,1%
Outros Créditos	2.535	0,4%	2.581	0,60%	-1,8%
Investimentos	344	0,1%	20	0,00%	1620,4%
Imobilizado	155.682	25,1%	93.975	20,40%	65,7%
Direito de Uso	10.115	1,6%	8.523	1,90%	18,7%
Intangível	20.910	3,4%	9.947	2,20%	110,2%
Total do Ativo Não Circulante	193.672	31,2%	120.298	26,20%	61,0%
Total do Ativo	620.754	100,0%	459.692	100%	35,0%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$427,1 milhões, em comparação com R\$339,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 68,8% em 31 de dezembro de 2020 e 73,8% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$87,7 milhões ou 25,8% decorreu, principalmente, do crescimento em Instrumentos Financeiros Derivativos, do crescimento do Contas a Receber de Clientes, do crescimento de Estoques, do crescimento dos Impostos a Recuperar, do crescimento do Ativo Fiscal Corrente e do crescimento de Outros Créditos.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivativos eram de R\$9,0 milhões, em comparação com R\$3,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, os instrumentos financeiros derivativos representavam 1,4% em 31 de dezembro de 2020 e 0,7% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$5,8 milhões ou 183,6% decorreu, principalmente, devido à variação cambial do período.

Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2020, as Contas a Receber de Clientes eram de R\$261,1 milhões, em comparação com R\$218,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, as Contas a Receber de Clientes representavam 42,1% em 31 de dezembro de 2020 e 47,5%

em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$42,6 milhões ou 19,5% decorreu, principalmente, devido ao crescimento das vendas da Companhia em 2020.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, os estoques eram de R\$78,8 milhões, em comparação com R\$61,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, os estoques representavam 12,7% em 31 de dezembro de 2020 e 13,4% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$17,1 milhões ou 27,6% decorreu, principalmente, devido ao crescimento das vendas da Companhia, que implicaram em maior necessidade de produtos acabados.

Ativo Fiscal Corrente

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo fiscal corrente era de R\$7,2 milhões, em comparação com R\$3,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo fiscal corrente representavam 1,2% em 31 de dezembro de 2020 e 0,8% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$3,5 milhões ou 96,8% decorreu, principalmente, em virtude dos valores de antecipação de imposto de renda e contribuição social pagos e que serão compensados no encerramento do período de apuração do Lucro Real Anual.

Adiantamento a Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, o adiantamento a fornecedores era de R\$6,1 milhões, em comparação com R\$4,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o adiantamento a fornecedores representava 1,0% em 31 de dezembro de 2020 e 0,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$1,8 milhões ou 43,8% decorreu, principalmente, de adiantamentos aos fornecedores dos equipamentos na nova fábrica de biológicos de São Joaquim da Barra – SP.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2020, a linha Outros Créditos era de R\$4,7 milhões, em comparação com R\$1,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o Outros Créditos representava 0,8% em 31 de dezembro de 2020 e 0,3% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$3,2 milhões ou 247,6% decorreu, principalmente, em decorrência do aumento das despesas a apropriar que saiu de R\$0,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$2,7 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$193,7 milhões, em comparação com R\$120,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 31,2%, em 31 de dezembro de 2020, e 26,2% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$73,4 milhões ou 61,0% decorreu, principalmente, do crescimento em

Imobilizados e do crescimento do Intangível. Em contrapartida, houve a redução do Ativo Fiscal Diferido.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o imobilizado era de R\$155,7 milhões, em comparação com R\$93,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o imobilizado representava 25,1% em 31 de dezembro de 2020 e 20,4% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$61,7 milhões ou 65,7% decorreu, principalmente, do investimento realizado na nova fábrica de produtos biológicos e em projetos de expansão e otimização das unidades.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o intangível era de R\$20,9 milhões, em comparação com R\$9,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o intangível representava 3,4% em 31 de dezembro de 2020 e 2,2% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$11,0 milhões ou 110,2% decorreu, principalmente, dos intangíveis adquiridos na combinação de negócios com a Vitória Fertilizantes S.A. e da JB Biotecnologia Ltda.

Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo fiscal diferido era de R\$3,7 milhões, em comparação com R\$4,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo fiscal diferido representava 0,6% em 31 de dezembro de 2020 e 1,0% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$1,1 milhões ou 22,1% decorreu, principalmente, da diminuição da provisão de perdas de crédito esperada, do ajuste a valor presente (AVP) e da provisão para contingências, sendo parcialmente compensada pelo aumento de provisão para bônus.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Variação 31/12/20 X 31/12/19
CIRCULANTE					
Fornecedores	28.285	4,6%	17.794	3,9%	59,0%
Empréstimos e Financiamentos	184.125	29,7%	117.294	25,5%	57,0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	41	0,0%	1.724	0,4%	-97,6%
Salários e Encargos Sociais	16.426	2,6%	9.823	2,1%	67,2%
Impostos e Contribuições a Recolher	2.385	0,4%	1.060	0,2%	125,0%
Passivo Fiscal Corrente	1.440	0,2%	844	0,2%	70,7%
Adiantamentos de Clientes	5.416	0,9%	4.118	0,9%	31,5%
Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio	2.721	0,4%	9.933	2,2%	-72,6%
Passivo de Arrendamento	3.948	0,6%	3.112	0,7%	26,9%
Outras Contas a Pagar	12.572	2,0%	13.679	3,0%	-8,1%
Total do Passivo Circulante	257.360	41,5%	179.381	39,0%	43,5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	59.086	9,5%	53.546	11,6%	10,3%
Impostos e Contribuições a Recolher	693	0,1%	940	0,2%	-26,3%
Provisão para contingências	820	0,1%	2.351	0,5%	-65,1%
Passivo de Arrendamento	6.461	1,0%	5.470	1,2%	18,1%
Outras contas a pagar	5.257	0,8%	0	0,0%	N/A
Total do Passivo Não Circulante	72.317	11,6%	62.308	13,6%	16,1%

Total do Patrimônio Líquido	291.077	46,9%	218.004	47,4%	33,5%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	620.754	100,0%	459.692	100%	35,0%

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$257,4 milhões, em comparação com R\$179,4 milhões, em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, o passivo circulante representava 41,5%, em 31 de dezembro de 2020, e 39,0% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$78,0 milhões ou 43,5%, decorreu, principalmente, do crescimento dos Fornecedores, do crescimento em Empréstimos e Financiamentos, da redução em Instrumentos Financeiros Derivativos, do crescimento dos Salários e Encargos Salariais, do crescimento dos Impostos e Contribuições a Recolher, do crescimento no Passivo Fiscal Corrente, do crescimento do Adiantamento de Clientes e da redução nos Dividendos a Distribuir e Juros Sobre Capital Próprio.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, os fornecedores eram de R\$28,3 milhões, em comparação com R\$17,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, os fornecedores representavam 4,6% em 31 de dezembro de 2020 e 3,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$10,5 milhões ou 59,0% decorreu, principalmente, do crescimento do volume de vendas da Companhia, que precisou realizar compras de insumos para formação de estoque de produtos para a Safra 20/21.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos eram de R\$184,1 milhões, em comparação com R\$117,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, os empréstimos e financiamentos representavam 29,7% em 31 de dezembro de 2020 e 25,5% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$66,8 milhões ou 57,0% decorreu, principalmente, da maior necessidade de financiamento do Capital de Giro.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivativos eram de R\$41 mil, em comparação com R\$1,7 milhão em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, os instrumentos financeiros derivativos representavam 0,0% em 31 de dezembro de 2020 e 0,4% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$1,7 milhões ou 97,6% decorreu, principalmente, devido a diminuição do ajuste negativo das operações de derivativos vigentes quando comparado ao maior ajuste negativo das operações de derivativos vigentes no encerramento do exercício anterior.

Salários e Encargos Sociais

Em 31 de dezembro de 2020, os salários e encargos sociais eram de R\$16,4 milhões, em comparação com R\$9,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, os salários e encargos sociais representavam 2,6% em 31 de dezembro de 2020 e 2,1% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$6,6 milhões ou 67,2% decorreu, principalmente, do aumento do quadro de funcionários da Companhia ao longo do exercício.

Impostos e Contribuições a Recolher

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos e contribuições a recolher eram de R\$2,4 milhões, em comparação com R\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, os impostos e contribuições a recolher representavam 0,4% em 31 de dezembro de 2020 e 0,2% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$1,3 milhão ou 125,0% decorreu, principalmente, do aumento do volume a recolher de ICMS decorrente do fim da manutenção de crédito para operações internas em SP.

Passivo Fiscal Corrente

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo fiscal corrente era de R\$1,4 milhões, em comparação com R\$844 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, o passivo fiscal corrente representava 0,2% em 31 de dezembro de 2020 e 0,2% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$0,6 milhão ou 70,7% decorreu, principalmente, em virtude da não compensação dos valores de imposto de renda e contribuição social pagos durante o período de apuração do Lucro Real Anual.

Adiantamento de Clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o adiantamento de clientes era de R\$5,4 milhões, em comparação com R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, o adiantamento de clientes representava 0,9% em 31 de dezembro de 2020 e 0,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$1,3 milhões ou 31,5% decorreu, principalmente, da maior quantidade de vendas antecipadas decorrente do bom momento do agronegócio e receio dos produtores de falta de insumos para a safra.

Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2020, os dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio eram de R\$2,7 milhões, em comparação com R\$9,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, os dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio representavam 0,4% em 31 de dezembro de 2020 e 2,2% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$7,2 milhões ou 72,6% decorreu, principalmente, do fato da Companhia ter realizado o pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020, enquanto que no exercício de 2019, as distribuições foram apenas provisionadas.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$72,3 milhões, em comparação com R\$62,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, o passivo não circulante representava 11,6% em 31 de dezembro de 2020 e 13,6% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$10,0 milhões ou 16,1% decorreu, principalmente, do crescimento em Empréstimos e Financiamentos, da redução na Provisão para Contingências e do crescimento do Outras Contas a Pagar.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos eram R\$59,1 milhões, em comparação com R\$53,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, os empréstimos e financiamentos representavam 9,5% em 31 de dezembro de 2020 e 11,6% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$5,5 milhões ou 10,3% decorreu, principalmente, da contratação de uma linha de financiamento de longo prazo com o BNDES para a construção da nova fábrica de biológicos.

Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para contingências era de R\$820 mil, em comparação com R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, a provisão para contingências representava 0,1% em 31 de dezembro de 2020 e 0,5% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$1,5 milhões ou 65,1% decorreu, principalmente, da diminuição dos valores atrelados a processos trabalhistas e alteração do prognóstico de perda conforme decisão da administração tomada com base em opinião de advogados externos.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020, as outras contas a pagar no passivo não circulante eram de R\$5,3 milhões, em comparação com R\$0 em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo, as outras contas a pagar representavam 0,8% em 31 de dezembro de 2020 e 0,0% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$5,3 milhões decorreu, principalmente, das parcelas remanescentes da aquisição da Vitória Fertilizantes S.A.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$291,1 milhões, em comparação com R\$218,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 46,9% em 31 de dezembro de 2020 e 47,4% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$73,1 milhões ou 33,5% decorreu, principalmente, devido ao resultado do exercício no valor de R\$85,9 milhões.

vi. ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

Ativo (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Em 31 de dezembro de 2018	% Total	Variação 31/12/19 X 31/12/18
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalente de Caixa	37.234	8,1%	18.415	4,5%	102,2%
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.165	0,7%	2.845	0,7%	11,3%
Contas a Receber de Clientes	218.520	47,5%	205.542	50,1%	6,3%
Estoques	61.747	13,4%	81.002	19,8%	-23,8%
Impostos a Recuperar	9.448	2,1%	4.107	1,0%	130,0%
Ativo Fiscal Corrente	3.660	0,8%	1.195	0,3%	206,2%
Adiantamento a Fornecedores	4.276	0,9%	2.728	0,7%	56,7%
Outros Créditos	1.344	0,3%	1.451	0,4%	-7,4%
Total do Ativo Circulante	339.394	73,8%	317.285	77,4%	7,0%
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a Recuperar	492	0,1%	7.595	1,9%	-93,5%
Ativo Fiscal Diferido	4.760	1,0%	4.654	1,1%	2,3%
Outros Créditos	2.581	0,6%	1.498	0,4%	72,3%
Investimentos	20	0,0%	20	0,0%	0,0%
Imobilizado	93.975	20,4%	68.878	16,8%	36,4%
Direito de Uso	8.523	1,9%	0	0,0%	N/A
Intangível	9.947	2,2%	9.995	2,4%	-0,5%
Total do Ativo Não Circulante	120.298	26,2%	92.640	22,6%	29,9%
Total do Ativo	459.692	100%	409.925	100%	12,1%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$339,4 milhões, em comparação com R\$317,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 73,8% em 31 de dezembro de 2019 e 77,4% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$22,1 milhões ou 7,0% decorreu, principalmente, do crescimento de Caixa e Equivalente de Caixa, da redução nos Estoques, do crescimento do Contas a Receber de Clientes, devido ao aumento das vendas com financiamento do cliente no Prazo Safra, do crescimento da conta de Impostos a Recuperar, do crescimento do Ativo Fiscal Corrente e do crescimento em Adiantamento a Fornecedores.

Caixa e Equivalente de Caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalente de caixa era de R\$37,2 milhões, em comparação com R\$18,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o caixa e equivalente de caixa representava 8,1% em 31 de dezembro de 2019 e 4,5% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$18,8 milhões ou 102,2% decorreu, principalmente, da estratégia da Companhia em manter uma posição de caixa mais robusta, tendo em vista os investimentos necessários para a nova planta industrial, a qual foi inaugurada em setembro de 2020.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019, os estoques eram de R\$61,7 milhões, em comparação com R\$81,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, os estoques representavam 13,4% em 31 de dezembro de 2019 e 19,8% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$19,3 milhões ou 23,8% decorreu, principalmente, dos esforços da área operacional para otimizar a compra de matérias-primas.

Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos a recuperar eram de R\$9,4 milhões, em comparação com R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, os impostos a recuperar representavam 2,1% em 31 de dezembro de 2019 e 1,0% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$5,3 milhões ou 130,0% decorreu, principalmente, da migração da maior parte do saldo que estava no longo prazo, em função da expectativa de aproveitamento nos doze meses seguintes.

Adiantamento a Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o adiantamento a fornecedores era de R\$4,2 milhões, em comparação com R\$2,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o adiantamento a fornecedores representava 0,9% em 31 de dezembro de 2019 e 0,7% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$1,5 milhão ou 56,7% decorreu, principalmente, da antecipação de algumas compras de matéria prima a preços mais atrativos.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$120,3 milhões, em comparação com R\$92,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 26,2% em 31 de dezembro de 2019 e 22,6% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$27,6 milhões ou 29,9% decorreu, principalmente, da redução nos Impostos a Recuperar, do aumento na conta Outros Créditos, do aumento da linha Imobilizado e do aumento no Direito de Uso.

Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos a recuperar eram de R\$492 mil, em comparação com R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, os impostos a recuperar representavam 0,1% em 31 de dezembro de 2019 e 1,9% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$7,1 milhões ou 93,5% decorreu, principalmente, da migração da maior parte do saldo para o curto prazo.

Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2019, os outros créditos eram de R\$2,5 milhões, em comparação com R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, os outros créditos representavam 0,6% em 31 de dezembro de 2019 e 0,4% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$1,1 milhões ou 72,3% decorreu, principalmente, do aumento da linha de Depósitos Judiciais.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado era de R\$93,9 milhões, em comparação com R\$68,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o imobilizado representava 20,4% em 31 de dezembro de 2019 e 16,8% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$25,1 milhões ou 36,4% decorreu, principalmente, dos investimentos realizados para nova fábrica de defensivos biológicos e inoculantes.

Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2019, o direito de uso era de R\$8,5 milhões, em comparação com R\$0 milhão em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o direito de uso representava 1,9% em 31 de dezembro de 2019 e 0,0% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$8,5 milhões decorreu, principalmente, da adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro, que estabeleceu que os contratos de aluguel e arrendamento devem ser capitalizados dentro do conceito de direito de uso.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Em 31 de dezembro de 2018	% Total	Variação 31/12/19 X 31/12/18
CIRCULANTE					
Fornecedores	17.794	3,9%	31.610	7,7%	-43,7%
Empréstimos e Financiamentos	117.294	25,5%	98.309	24,0%	19,3%
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.724	0,4%	3.056	0,7%	-43,6%
Salários e Encargos Sociais	9.823	2,1%	9.780	2,4%	0,4%
Impostos e Contribuições a Recolher	1.060	0,2%	2.353	0,6%	-55,0%
Passivo Fiscal Corrente	844	0,2%	4.164	1,0%	-79,7%
Adiantamentos de Clientes	4.118	0,9%	6.426	1,6%	-35,9%
Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio	9.933	2,2%	11.213	2,7%	-11,4%
Passivo de Arrendamento	3.112	0,7%	0	0,0%	N/A
Outras Contas a Pagar	13.679	3,0%	16.324	4,0%	-16,2%
Total do Passivo Circulante	179.381	39,0%	183.235	44,8%	-2,2%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	53.546	11,6%	52.645	12,8%	1,7%
Impostos e Contribuições a Recolher	940	0,2%	1.190	0,3%	-21,0%
Provisões para contingências	2.351	0,5%	2.483	0,6%	-5,3%
Passivo de Arrendamento	5.470	1,2%	0	0,0%	N/A
Total do Passivo Não Circulante	62.307	13,6%	56.319	13,7%	10,6%
Total do Patrimônio Líquido	218.004	47,4%	170.372	41,6%	28,0%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	459.692	100%	409.925	100%	12,1%

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$179,4 milhões, em comparação com R\$183,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 39,0% em 31 de dezembro de 2019 e 44,8% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$3,9 milhões ou 2,1% decorreu, por diversos motivos, como a redução da linha Fornecedores, o aumento nos Empréstimos e Financiamentos, o aumento nos Instrumentos Financeiros Derivativos, a redução da linha Impostos e Contribuições a Recolher, a redução da linha Passivo Fiscal Corrente, a redução da linha Adiantamento de Clientes e a redução da linha Outras Contas a Pagar.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, os fornecedores eram de R\$17,7 milhões, em comparação com R\$31,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, os fornecedores representavam 3,9% em 31 de dezembro de 2019 e 7,7% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$13,8 milhões ou 43,7% decorreu, principalmente, do acúmulo de estoques de matéria-prima da Companhia em períodos anteriores, implicando menor demanda a fornecedores.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos eram de R\$117,2 milhões, em comparação com R\$98,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, os empréstimos e financiamentos representavam 25,5% em 31 de dezembro de 2019 e 24,0% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$18,9 milhões ou 19,3% decorreu, principalmente, da maior necessidade de financiamento do Capital de Giro da Companhia.

Impostos e Contribuições a Recolher

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos e contribuições a recolher eram de R\$1,0 milhão, em comparação com R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, os impostos e contribuições a recolher representavam 0,2% em 31 de dezembro de 2019 e 0,6% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$1,3 milhões ou 55,0% decorreu, principalmente, da liquidação do Parcelamento federal Ordinário e do Parcelamento simplificado previdenciário, bem como da redução de impostos retidos.

Passivo Fiscal Corrente

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo fiscal corrente era de R\$844 mil, em comparação com R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo fiscal corrente representava 0,2% em 31 de dezembro de 2019 e 1,0% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$3,3 milhões ou 79,7% decorreu, principalmente, do

menor valor de provisão para imposto de renda e contribuição social, em virtude da exclusão dos valores da subvenção de ICMS da base de cálculo dos referidos impostos.

Adiantamento de Clientes

Em 31 de dezembro de 2019, o adiantamento de clientes era de R\$4,1 milhões, em comparação com R\$6,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o adiantamento de clientes representava 0,9% em 31 de dezembro de 2019 e 1,6% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$2,3 milhões ou 35,9% decorreu, principalmente, da menor quantidade de vendas antecipadas em 2019, dado que o ano apresentou incertezas climáticas e cambiais para os produtores.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019, as outras contas a pagar eram de R\$13,6 milhões, em comparação com R\$16,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, as outras contas a pagar representavam 3,0% em 31 de dezembro de 2019 e 4,0% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$2,6 milhões ou 16,2% decorreu, principalmente, do pagamento referente a parcela de aquisição da Biovalens.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$62,3 milhões, em comparação com R\$56,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 13,6% em 31 de dezembro de 2019 e 13,7% em 31 de dezembro de 2018.

Este aumento de R\$6,0 milhões ou 10,6% decorreu, principalmente, do aumento da linha Passivo de Arrendamento (aumento de R\$5,5 milhões de 2018 para 2019 devido à adoção CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro).

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido aumentou 28,0% ou R\$47,6 milhões, passando de R\$170,4 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R\$218,0 milhões, em 31 de dezembro de 2019. O patrimônio líquido representava 41,6% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 47,4% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deu principalmente em função do aumento do resultado do exercício no montante de R\$58,1 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

vii. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia para os períodos indicados.

<i>(em R\$ milhares)</i>	31/12/2021	% Total	31/12/2020	% Total	Varição
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	26.410	61%	43.985	479%	-40%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(48.721)	-12%	(65.351)	-712%	-25%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	65.898	51%	30.543	333%	116%
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	43.587	100%	9.176	100%	375%

Fluxos de Caixa das Atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$26,4 milhões, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$44,0 milhões, representando, portanto, uma diminuição do caixa proveniente das atividades operacionais de R\$13,6 milhões.

A redução se deve principalmente ao aumento da aplicação de caixa em formação de estoque de produtos acabados e de matérias-primas, assim como do aumento do financiamento de prazo safra, que elevou as contas a receber de clientes. O consumo de caixa para formação de estoques foi de R\$55,0 milhões, e o financiamento de prazo safra foi de R\$55,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Fluxos de Caixa das Atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R\$48,7 milhões, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$65,4 milhões, o que representa uma diminuição do caixa líquido aplicado de R\$16,7 milhões. Esta redução decorreu, principalmente, da finalização da fase 1 da nova fábrica de biológicos.

Fluxos de Caixa das Atividades de financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento totalizou R\$65,9 milhões, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$9,2 milhões o que representa um aumento do caixa líquido aplicado de R\$56,7 milhões. Este aumento decorreu, principalmente, do aumento do capital social no exercício, no montante de R\$125,6 milhões, oriundo da abertura de capital na B3 em setembro/2021.

viii. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia para os períodos indicados.

<i>(em R\$ milhares)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020	% Total	2019	% Total	Variação
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	43.985	479%	45.281	241%	-3%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(65.351)	-712%	(28.206)	-150%	132%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	30.543	333%	1.743	9%	1652%
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.176	100%	18.818	100%	-51%

Fluxos de Caixa das Atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou uma redução de R\$1,3 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$45,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa líquido gerado de R\$44,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A redução se deve principalmente ao aumento da aplicação de caixa em formação de estoque de produtos acabados e de matérias-primas. O consumo de caixa para formação de estoques no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$8,9 milhões e no exercício anterior houve caixa gerado com formação de estoque de R\$19,3 milhões.

Outro fator que contribuiu para a redução da geração de caixa foi o aumento do financiamento de prazo safra que resultou em um aumento do uso de caixa de R\$21,2 milhões em 2019 para R\$31,0 milhões em 2020. Esse aumento do financiamento de prazo safra é devido ao perfil das vendas, por exemplo, as vendas da categoria Produtos Industriais têm um recebimento de perfil de curto prazo e nesse período houve redução da representatividade dessa categoria nas vendas em relação ao período anterior.

Em contrapartida, houve geração de caixa na ordem de R\$8,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (em comparação com uso de caixa de R\$13,8 milhões) na linha de fornecedores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, dado que a maior compra de estoque no período foi feita a prazo e parte foi financiada pelo fornecedor.

Fluxos de Caixa das Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de 132%, ou R\$37,1 milhões, passando de um caixa líquido utilizado de R\$28,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa líquido utilizado de R\$65,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em decorrência do aumento de R\$28,5 milhões na aquisição de imobilizados ligados a nova fábrica de biológicos.

Fluxos de Caixa das Atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$28,8 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$1,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa líquido gerado de R\$30,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em decorrência da maior captação de empréstimos e financiamentos para financiar a fábrica nova. Houve captação de R\$219,3 milhões, amortização de R\$168,7 milhões.

ix. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia para os períodos indicados.

<i>(em R\$ milhares)</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	% Total	2018	% Total	Variação
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	45.281	241%	(16.931)	1933%	-367,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(28.206)	-150%	(14.381)	1642%	96,1%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	1.743	9%	30.436	-3474%	-94,3%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	18.818	100%	(876)	100%	-2248,1%

Atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou uma variação positiva de R\$62,2 milhões, passando de um consumo de R\$16,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma geração de R\$45,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Dentre os principais motivos para o aumento da geração de caixa, podemos citar o menor gasto com a formação de estoque em 2019 quando comparado a 2018, essa redução foi devido a estratégia da companhia de diminuir o seu estoque ao final do exercício pois o estoque final de 2018 foi em um nível acima do necessário, de acordo com o entendimento da Administração da Companhia. Essa redução em gasto com formação de estoque foi de R\$19,3 milhões no exercício de 2019 e no exercício de 2018 o consumo de caixa em estoques foi de R\$24,8 milhões. Em contrapartida, a linha de fornecedores apresentou redução de R\$13,8 milhões em 2019 contra um aumento de R\$1,4 milhão em 2018, pois com a redução do volume de compras em 2019 houve também a redução no valor de contas a pagar junto aos fornecedores, ou seja, uma redução no valor financiado pelos fornecedores.

Além, disso houve também um maior recebimento das vendas no período, resultado das vendas de 2018 que foram financiadas com recebimento em 2019.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R\$13,8 milhões, passando de um caixa líquido utilizado de R\$14,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido utilizado de R\$28,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência do aumento de investimentos no ativo imobilizado para compra do terreno onde foi construída a nova fábrica de defensivos biológicos e de investimento em melhorias dos parques fabris da Companhia no valor de R\$12,1 milhões.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado das atividades de financiamento apresentou uma redução de R\$28,7 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$30,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido gerado de R\$1,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência da menor necessidade de captação de dívidas para financiar o capital de giro da Companhia decorrente da queda nas vendas, do maior pagamento de dividendos no ano de 2019, e de maior volume de pagamentos de empréstimos para capital de giro da safra 2018/2019.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a) *Resultados das operações emissor:*

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos da venda de insumos agrícolas para nutrição e defesa vegetal. Sendo que as principais categorias de produtos da receita da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 eram (i) fertilizantes foliares, (ii) micros de solo, (iii) defensivos biológicos, (iv) inoculantes, (v) condicionadores de solo e organominerais, e (vi) produtos industriais e outros.

<i>(R\$ mil, exceto percentuais)</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				Variação (20 x 19)
	2021	Variação (21 x 20)	2020	2019	
Fertilizantes Foliares	333.661	31,1%	254.605	222.251	14,6%
Micros de Solo	150.533	20,9%	124.497	100.089	24,4%
Defensivos Biológicos	106.633	88,8%	56.482	38.399	47,1%
Inoculantes	59.085	46,9%	40.216	35.470	13,4%
Condicionadores de Solo e Organominerais	132.214	191,9%	45.297	28.502	58,9%
Produtos Industriais e Outros	75.875	39,2%	54.512	54.114	0,7%
Receita bruta	858.001	49,1%	575.609	478.825	20,2%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As receitas auferidas pela Companhia são provenientes principalmente de das vendas de (i) Fertilizantes Foliares, (ii) Micros de Solo, (iii) Defensivos Biológicos, (iv) Inoculantes, (v) Condicionadores de Solo e Organominerais, e (vi) Produtos Industriais e Outros. Portanto, o reconhecimento de receita reflete a soma total da venda de todos esses produtos. Assim, as receitas da Companhia variaram ao longo dos exercícios de 2019, 2020 e 2021 de acordo com os avanços nas vendas da categoria de produtos de cada uma dessas categorias de produtos.

Essas categorias de produtos da Companhia estão inseridas na cadeia de insumos para o agronegócio no Brasil. Dessa forma, além das ações da administração que influenciam a sua performance individual, a Companhia está sujeita a determinados fatores setoriais como:

Clima nas regiões agrícolas. Nossos clientes são afetados substancialmente pelo clima nas regiões agrícolas e, dessa forma, a demanda pelos nossos produtos também é afetada por essa variável. Eventos danosos como secas, inundações, ondas de calor, geadas, granizo e excesso de chuva são alguns dos fenômenos climáticos que podem afetar a disposição dos nossos clientes em comprar as nossas tecnologias ou mesmo reduzir a capacidade em honrar os pagamentos dos produtos já comprados. Por outro lado, um clima favorável a atividade agrícola aumenta a produtividade e a rentabilidade do produtor e conseqüentemente a disposição em investimento em tecnologia e na expansão da atividade agrícola como um todo.

Preço das commodities agrícolas no mercado internacional. As principais culturas agrícolas que estamos expostos como soja, milho, café, algodão, laranja são consideradas commodities agrícolas e tem seus preços definidos em dólar no mercado internacional. O preço das commodities agrícolas no mercado internacional afeta diretamente a rentabilidade dos produtores agrícolas. Um patamar alto de preço favorece a expansão do mercado agrícola e conseqüentemente a demanda pelos nossos produtos, já preços comprimidos dessas commodities tem o efeito inverso. Alguns dos nossos produtos são essenciais para a produção agrícola e não podem deixar de ser usados, porém, um cenário de rentabilidade comprimida ao produtor vai reduzir o crescimento do mercado e também a disposição em investir em novas tecnologias.

Taxa de Câmbio. A taxa de câmbio tem impactos diretos e indiretos nos nossos negócios. O primeiro impacto é o direto através da nossa posição de balanço, ativos e passivos denominados em dólar, e também dos nossos insumos que são importados ou são influenciados pelo câmbio. Como já mencionado a maior parte dos nossos clientes vendem commodities agrícolas com preços denominados em dólar no mercado internacional, dessa forma, somos capazes de repassar para o preço dos nossos produtos o aumento dos nossos insumos que sofrem impacto do câmbio. Porém, o impacto mais importante é o indireto, ou seja, o impacto na rentabilidade dos nossos clientes. Como parte dos custos de produção agrícolas são denominados em reais sem impacto direto da taxa de câmbio, como por exemplo, mão de obra, frete, máquinas e equipamentos, entre outros, a desvalorização do real aumenta a rentabilidade do produtor e a valorização do real tem o impacto oposto.

Matéria Prima. Cenário competitivo na indústria de insumos também afeta nossos resultados. Excesso de oferta de insumos aumenta a pressão de preço e nossa rentabilidade, já um cenário de oferta controlada permite a melhor valorização de nossas tecnologias.

Inadimplementos de Clientes. A Companhia realiza o financiamento de capital de giro através da catação com bancos, e tal ação se faz necessária dado o descasamento entre o prazo de compra de matéria-prima e demais custos em relação ao prazo médio de recebimento, uma vez que os produtores realizam os pagamentos após suas respectivas colheitas. Nesse sentido, a Companhia está exposta a eventuais inadimplementos de seus clientes, uma vez que suas respectivas produções estão sujeitas a riscos climáticos, riscos operacionais que podem prejudicar a produção e venda, dentre outros fatores que levariam o cliente final a não realizar o pagamento. Vale ressaltar que a Companhia realiza a análise de crédito de seus clientes, bem como possui vendas pulverizadas em diversos clientes.

Adicionalmente, determinados fatores macroeconômicos também influenciam os resultados do setor e da Companhia, tais como o (i) o crescimento da economia, a redução do desemprego e geração de renda no Brasil e no Mundo, pois esses fatores influenciam diretamente na demanda por alimentos, (ii) A redução das taxas de juros, disponibilidade de crédito e alternativas de captação para o setor.

Benefícios Fiscais

As nossas receitas são oneradas por ICMS, IPI, PIS e COFINS, que incidem sobre o valor da venda de mercadorias. Em virtude do regime de não cumulatividade aplicável ao ICMS, IPI, PIS e COFINS, é deduzido do valor do imposto devido os créditos fiscais decorrentes da aquisição de insumos e matérias-primas necessárias à produção da mercadoria. A diferença do valor devido a título de ICMS, IPI, PIS e COFINS incidente no valor de venda da mercadoria, deduzido dos créditos fiscais, é denominada saldo devedor. Nós usufruímos de incentivos fiscais relativos a esses quatro impostos. Tais benefícios fiscais são usufruídos, de uma forma geral, por todas as sociedades atuantes no setor agrícola brasileiro. Caso a Companhia venha a perder ou caso não consiga usufruir de tais benefícios fiscais, os impactos financeiros serão repassados para o consumidor final.

Já os nossos resultados são onerados pelo IR e CSLL. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui incentivos fiscais relativos a esses impostos.

Incentivos Fiscais relativos ao ICMS

Os incentivos de ICMS estão dentro do escopo de um convênio firmado com a aprovação dos Estados, o Convênio ICMS 100/97, que reduz ou isenta Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS) na compra de insumos agrícolas. As operações dentro do mesmo estado estão isentas e as operações para outros estados tem redução da base de cálculo de 40% a 60% a depender do tipo do produto e do destino da operação.

Esse convênio está em vigor desde 1997 e, desde então, vem sendo renovado anualmente pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Porém, por ser um convênio que regulamenta questões envolvendo um imposto estadual a sua renovação depende da concordância de todos os estados. A reunião do CONFAZ de 12 de março de 2021 aprovou a prorrogação do Convênio ICMS (por força do Convênio ICMS 26/21), para 31 de dezembro de 2025.

Atualmente, nos estados onde temos fábricas, devemos estornar o crédito de ICMS da compra de matéria prima quando tais produtos forem utilizados na fabricação de produtos isentos destinados às operações de venda dentro do próprio estado. Já para vendas interestaduais possuímos a manutenção desses créditos.

Contabilização dos Incentivos Fiscais de ICMS

A redução ou isenção tributária relativa ao Convênio ICMS 100/97 é contabilizada como subvenção para investimento, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais (“CPC 07”). O reconhecimento dos benefícios advindos do incentivo é efetuado registrando-se o valor total do imposto devido no resultado. Em seguida, o valor do benefício/incentivo é reconhecido como receita de subvenção na demonstração de resultado da Companhia, em contrapartida a uma redução do passivo originalmente registrado. A receita de subvenção pode ser utilizada para as mesmas finalidades

que outros tipos de receitas auferidas pela Companhia, inclusive para a distribuição de dividendos (caso sejam apurados lucros). Entretanto, a Companhia utiliza esses valores para constituição da reserva de lucros, utilizada apenas para absorver prejuízos ou aumentar o seu capital social, em atenção ao art. 30 da Lei 12.973/2014. Em procedendo dessa forma, as receitas de subvenção não são submetidas a tributação.

Se, por outro lado, a Companhia no futuro optar por incluir as receitas de subvenção registradas em reserva no seu patrimônio líquido no montante dos dividendos a distribuir, tais receitas deverão ser submetidas à incidência de IRPJ e CSLL.

Incentivos Fiscais relativos a PIS/COFINS

A Lei nº 10.925/2004 estabelece alíquota zero para (i) os produtos classificados no Capítulo 31 da TIPI como adubos ou fertilizantes, e suas matérias primas; (ii) defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da TIPI e suas matérias-primas; e (iii) inoculantes agrícolas produzidos a partir de bactérias fixadoras de nitrogênio.

A aplicação da alíquota zero do PIS/COFINS sobre a receita de venda da Companhia não afeta a manutenção dos créditos de PIS/COFINS dos insumos que ela adquire, conforme permitido pela Lei nº 10.833/2003.

Este incentivo fiscal decorre de lei e, conseqüentemente, a sua revogação, cancelamento ou alteração depende de mudanças na legislação ou de questionamentos judiciais próprios.

Incentivos Fiscais relativos a IPI

A Lei nº 10.637/2002 concede a suspensão de IPI para compra de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem para os nossos estabelecimentos fabricantes preponderantemente de produtos do capítulo 30 (inoculantes) e 31 (fertilizantes). A suspensão de IPI está sujeita a certas condições, conforme determinado em lei. Caso tais condições não sejam cumpridas, o recolhimento do IPI será devido.

Este incentivo fiscal decorre de lei e, conseqüentemente, a sua revogação, cancelamento ou alteração depende de mudanças na legislação ou de questionamentos judiciais próprios.

Considerações acerca de eventual perda do direito à fruição dos benefícios fiscais acima

Destaca-se que os incentivos gozados pela Companhia são todos destinados ao setor agrícola. Assim, na hipótese de o término no gozo dos incentivos ocorrer devido a revogação pelo Poder Público, o impacto será sobre todo o setor, e não somente sobre a Companhia.

Outro ponto importante a destacar é que a Companhia não precisa cumprir nenhum requisito imposto pelo Poder Público para gozar desses benefícios, tendo em vista que, por serem setoriais, qualquer empresa exercendo a mesma atividade tem direito a gozar do respectivo

benefício, não necessitando de nenhuma autorização ou requisito específico. A única exceção a essa regra é referente ao benefício fiscal de IR e CSSL sobre a receita de subvenção do ICMS, para o qual é necessário manter o valor da receita na conta de reserva de subvenção no patrimônio líquido.

Como mencionado acima, em decorrência da fruição do incentivo fiscal de ICMS suportado pelo Convênio ICMS 100/97, a Companhia reconhece uma receita em seu resultado, de acordo com a metodologia prevista no CPC 07. Nos exercícios de 2019, de 2020 e de 2021, as receitas de subvenção registradas pela Companhia foram, respectivamente, de R\$26.269 mil, R\$29.899 mil e R\$40.281. Já o benefício fiscal de IR de CSSL decorrente da dessa receita de subvenção foi de R\$8.931 mil, R\$10.166 mil e R\$13.169, respectivamente.

Já os demais benefícios fiscais que não objetos de requisitos, PIS/COFINS e IPI, não têm reconhecimento de receita ou de qualquer outro valor na contabilidade, conforme já explicado acima. Referidos benefícios são criados por lei, de forma que qualquer alteração necessita do mesmo quórum no Congresso Nacional que a criação ou alteração de alíquota de qualquer tributo federal vigente no país.

Assim, diante de uma eventual cessação do gozo de tais incentivos, por qualquer motivo que seja, é possível que tanto a Companhia como seus competidores repassem o aumento da carga tributária no preço de suas mercadorias vendidas. Da mesma forma, a Companhia pode optar por absorver, no todo ou em parte, o impacto financeiro decorrente do fim dos seus incentivos fiscais. O repasse, ou não, do aumento no ônus fiscal que seria sofrido pela Companhia seria fruto de decisão de negócios que seria tomada após avaliação do contexto em que se deu tal perda de incentivo e da estratégia que os seus gestores resolverem adotar à luz de tal contexto e da situação individual da Companhia.

Dessa forma, dado os motivos elencados explicitados acima, a Companhia não tem como precisar o impacto na rentabilidade de seus negócios na perda ou alteração de um ou mais de seus benefícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Seguem abaixo as descrições qualitativas das principais linhas das demonstrações de resultados da Companhia:

Receita Operacional

A receita operacional da Companhia representa a soma da receita bruta proveniente das vendas de (i) fertilizantes foliares, (ii) micros de solo, (iii) defensivos biológicos, (iv) inoculantes, (v) condicionadores de solo e organominerais, e (vi) produtos industriais e outros, subtraídos (i) os impostos sobre vendas como PIS, COFINS, ISS e ICMS, (ii) as devoluções e abatimentos e (iii) o ajuste a valor presente (AVP).

Forma de Cálculo do AVP

A prática do Ajuste a Valor Presente – AVP está de acordo com o CPC 12.

Na nossa Companhia a apuração do Ajuste a Valor Presente - AVP envolve as nossas vendas realizadas no "Prazo Safra". Nesse procedimento o nosso "Contas a Receber" resultante dessas vendas são ajustados ao seu valor presente, mediante descontos que considerem os juros embutidos pré-fixados. A nossa premissa de juros para trazer esse "Contas a Receber" a valor presente é a média ponderada do nosso custo de captação.

Essa prática tem o seguinte impacto no nosso balanço e resultado, no primeiro momento o valor do desconto (o AVP) é deduzido do nosso "Contas a Receber" por meio de uma conta redutora de balanço e também deduzido da receita bruta no mesmo valor. Conforme passa o tempo esse valor deduzido vai sendo apropriado no resultado financeiro na conta de juros ativo e também diminuindo o valor da conta redutora do "Contas a Receber". A apropriação mensal é feita de acordo com a taxa utilizada para o desconto no momento inicial. Dessa forma, no momento do pagamento o valor do "Contas a Receber" é compensado contra a conta caixa na sua totalidade e total da receita bruta proveniente da venda a prazo será apropriado parte como receita operacional no momento da entrega da mercadoria e parte como receita financeira apropriada mensalmente até o momento do pagamento.

Custos das Vendas

Os custos das vendas representam os custos de aquisição dos produtos, acrescido dos impostos incidentes, quando aplicável, acrescido dos gastos gerais de fabricação, pessoal e logístico. Também são considerados perdas de estoques ocorridas no transporte e manuseio dos produtos, obsolescência e perecimento dos produtos.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas representam as comissões e outras despesas relacionadas como despesas de viagens da equipe comercial e despesas com eventos.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas gerais e administrativas compreendem os gastos corporativos necessários para administração da Companhia. As principais despesas referem-se principalmente a: Despesas com pessoal, ocupação, utilidades (água, luz, telefone e internet) e outras despesas (prestadores de serviço de forma geral, seguros, segurança, entre outros).

Receitas Financeiras

As receitas financeiras consistem prioritariamente em juros ativos, descontos obtidos com AVP e renegociações (juros e mora) e rendimentos de aplicações financeiras. O componente mais importante dos juros ativos é a receita decorrente do AVP, que é deduzido do nosso "Contas a Receber" através de uma conta redutora de balanço e também deduzido da receita bruta no mesmo valor. Conforme passa o tempo esse valor deduzido vai sendo apropriado no resultado financeiro na conta de juros ativo e também diminuindo o valor da conta redutora do "Contas a Receber". A apropriação mensal é feita de acordo com a taxa utilizada para o desconto no momento inicial.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras consistem em juros passivos, descontos concedidos, IOF e outras despesas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

As principais variações da receita são atribuíveis aos seguintes fatores: (i) o aumento do volume de vendas de cada categoria de produto, (ii) a variação do preço unitário, e (iii) o lançamento de novos produtos.

- (i) O aumento do volume de vendas em quantidade é resultado do esforço da Companhia para disseminar suas tecnologias. Conforme a companhia vende para novos clientes ou mesmo amplia o uso de determinado produto por área plantada dentro dos clientes já compradores da tecnologia temos como resultado o aumento do volume de venda. Na Companhia o volume é medido em termos de litros, quilos/toneladas e em termos de doses, apenas para a categoria de inoculantes. A Companhia vem conseguindo aumentar os volumes de vendas de suas principais categorias de produtos nos últimos anos.
- (ii) Para precificação de seus produtos a Companhia utiliza tabelas de preço. Essas tabelas são construídas com base nos custos unitários por produto, diretos e indiretos, e na margem pretendida. Na Companhia as duas principais fontes de pressão de custos são (i) o preço das suas matérias primas que em sua maioria são commodities minerais atreladas ao preço em dólar no mercado global (ii) a inflação da moeda brasileira. A inflação da moeda brasileira impacta diretamente o custo de mão-de-obra nas negociações de dissídio e contratos de prestação de serviços, já a parte de logística tem impacto indireto da inflação. A Companhia monitora os seus custos constantemente e tem como política repassar para seus clientes os aumentos de custos. Dessa forma, as receitas da companhia são impactadas pela inflação de custos da companhia que tem impacto tanto da taxa de câmbio como da taxa de inflação.
- (iii) A companhia teve como estratégia o lançamento de novos produtos no mercado. O lançamento de novos produtos impactou significativamente as receitas da Companhia. Em 2017, por exemplo, a Companhia iniciou as operações ligadas à venda de defensivos biológicos. Essa operação gerou R\$106,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, R\$56,5 milhões em receitas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$38,4 milhões no exercício social encerrado em 2019.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Taxas de Inflação

Conforme explicado no item anterior a taxa de inflação da moeda brasileira impacta diretamente o custo de mão-de-obra nas negociações de dissídio e contratos de prestação de serviços, já a parte de logística tem impacto indireto da inflação. Porém, a Companhia monitora os seus custos constantemente e tem como política repassar para seus clientes os aumentos de custos de forma

a não ter impacto no resultado.

Variação dos principais insumos e produtos

Conforme explicado no item anterior a variação do preço das nossas matérias primas, que em sua maioria são commodities minerais atreladas ao preço em dólar no mercado global, tem impacto no nosso custo. Porém, a Companhia monitora os seus custos constantemente e tem como política repassar para seus clientes os aumentos de custos de forma a não ter impacto no resultado.

Câmbio

A taxa de câmbio tem impactos diretos e indiretos nos nossos negócios. O primeiro impacto é o direto por meio da nossa posição de balanço, ativos e passivos denominados em dólar, e também dos nossos insumos que são importados ou são influenciados pelo câmbio. Como já mencionado a maior parte dos nossos clientes vendem commodities agrícolas com preços denominados em dólar no mercado internacional, dessa forma, somos capazes de repassar para o preço dos nossos produtos o aumento dos nossos insumos que sofrem impacto do câmbio. Porém, o impacto mais importante é o indireto, ou seja, o impacto na rentabilidade dos nossos clientes. Como parte dos custos de produção agrícolas são denominados em reais sem impacto direto da taxa de câmbio, como por exemplo, mão de obra, frete, máquinas e equipamentos, entre outros, a desvalorização do real aumenta a rentabilidade do produtor e a valorização do real tem o impacto oposto.

Taxa de Juros

A taxa de juros impacta diretamente o resultado da Companhia, uma vez que os financiamentos de capital de giro se fazem necessário dado o descasamento entre o prazo de compra de matéria-prima e demais custos em relação ao prazo médio de recebimento. Nesse sentido, o aumento da taxa de juros impacta as despesas financeiras. Na sua tabela de preço a Companhia oferece um preço diferente entre comprar à vista ou compras a prazo, ou seja, a Companhia embute um custo financeiro nas vendas a prazo. Esse custo financeiro reflete tanto o custo de captação da companhia como também a expectativa de inadimplência. Variações no custo financeiro da Companhia são repassadas para a tabela de preço, dessa forma, a Companhia repassa para seus clientes os aumentos e quedas da taxa de juros.

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos últimos 5 anos. Os lançamentos de produtos e os produtos que ingressaram no portfólio por meio de aquisição de participação societária apenas reforçaram as vendas dos segmentos impactados. No caso da aquisição da Biovalens os produtos classificados como defensivos biológicos tiveram impacto significativo no crescimento do segmento operacional de Biológicos.

b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. adquiriu 75% das ações representativas do capital social da Vitória Fertilizantes S.A, empresa dedicada ao segmento de fertilizantes organominerais e adquiriu 80% das ações representativas do capital social da JB Biotecnologia S.A.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu a Vittia Paraguay SRL, sediada no Paraguai, na cidade de Hernandarias, com o objetivo principal a exploração do ramo, fabricação e distribuição de fertilizantes, inoculantes, defensivos agrícolas, produtos químicos em geral, insumos para alimentação animal, produtos veterinários e grãos em geral. A mesma ainda não se encontra em estágio operacional. Aguarda registros para que possa começar a operar a partir de 2021.

As operações descritas acima estão detalhadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Não ocorreram eventos ou operações não usuais na Companhia que não tenham sido refletidos em suas demonstrações financeiras, ou não mencionados nos processos de constituição, aquisição ou alienação descritos na alínea acima.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

CPC 06(R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

Implementado pela Companhia em 2019 o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substituiu as seguintes normas, o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva.

Com base nessa norma contábil, o impacto mais significativo foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como arrendamentos operacionais, em conexão com arrendamentos de imóveis. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, uma vez que o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substituiu a despesa de arrendamento operacional linear pelas despesas de amortização dos direitos de uso e juros sobre passivos de arrendamento.

(a) Definição de Arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa nº 9.I.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada a todos contratos firmados ou alterados antes ou após 1º de janeiro 2019.

(b) Como Arrendatário

Como arrendatária, a Companhia arrendava imóveis e classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade

do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

Implementado pela Companhia em 2018, o CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC - 30 Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecido na data de aplicação inicial (ou seja, em 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC17 e interpretações relacionadas.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (i) quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento; (ii) quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues; (iii) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito.

As receitas de venda de bens são derivadas, basicamente, da venda de produtos e são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido ao cliente, ou seja, na entrega do produto ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma significativa incerteza de sua realização. Os valores faturados, recebidos ou não, decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro,

são considerados como redutores de ativo. Já os valores recebidos e não faturados decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro são considerados como passivo.

Parte das vendas da Companhia são realizadas na modalidade *Cost, Insurance and Freight* ("CIF"), na qual a Companhia é responsável pelo serviço de frete para a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, os custos com fretes nessas modalidades devem ser consideradas como uma obrigação de desempenho separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço.

CPC 48 / IFRS 09 - Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Determinadas definições foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial: i) determinação do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido; ii) a designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado mensurado: a custo amortizado; VJORA - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48).

a) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

1. CPC 06(R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia optou por adotar a abordagem retrospectiva modificada, que não requer atualização dos valores correspondentes, não afeta o patrimônio líquido e permite a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas para o ano anterior não foram reapresentadas. Além disso, os seguintes expedientes práticos principais foram usados para a transição para os novos requisitos de contabilização de arrendamento: (a) adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para todos os contratos assinados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos mercantis de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e respectivas interpretações; (b) uso de uma única taxa de desconto nominal para todos os acordos semelhantes; (c) não houve reconhecimento de acordos expirando dentro do período de doze meses com início na data de adoção inicial da norma; e (d) foram considerados a experiência anterior na avaliação de opções de prorrogação ou rescisão de prazo, quando aplicável. Conforme previsto na norma, a Companhia também não adotou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para contratos por prazo indeterminado.

A tabela a seguir resume os primeiros impactos da adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)):

Consolidado	Saldo anterior 01/01/2019	Ajuste adoção inicial CPC 06/R2 / IFRS 16 Prédios	Saldo após Adoção Inicial 01/01/2019
Ativo Circulante			
Demais ativos	317.386	-	317.386
Total do ativo circulante	317.386	-	317.386
Não circulante			
Direito de uso	-	11.807	11.807
Demais ativos	92.640	-	92.640
Total do ativo não circulante	92.640	11.807	104.447

Total do ativo	409.925	11.807	421.732
Passivo			
Circulante			
Passivo de arrendamento	-	4.282	4.282
Demais passivos	183.235	-	183.235
Total do passivo circulante	183.235	4.282	187.517
Não circulante			
Passivo de arrendamento	-	7.525	7.525
Demais passivos	56.319	-	56.319
Total do passivo não circulante	56.319	7.525	63.844
Patrimônio líquido	170.372	-	170.372
Total do passivo e patrimônio líquido	409.925	11.807	409.925

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo nominal em 1º de janeiro de 2019. A taxa média nominal aplicada foi de 8,9% ao ano a depender dos prazos dos contratos.

<i>Em milhares de Reais</i>	1º de janeiro de 2019
Contratos de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018, divulgado conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 nas demonstrações financeiras consolidadas	13.485
Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019	(1.512)
Passivos de arrendamento financeiro reconhecidos em 31 de dezembro de 2018	11.973
– Isenção para reconhecimento de arrendamentos de ativos de baixo valor	(164)
– Isenção de reconhecimento de arrendamentos que possuem o prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos, na transição	(2)
– Opções de prorrogação razoavelmente certos de serem exercidas	-
Passivos de arrendamento reconhecidos em 1º de janeiro de 2019	11.807

2. CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

Em 31 de dezembro de 2018, os custos com fretes classificados como custo das vendas e anteriormente classificado como despesas com vendas representam R\$16.986 mil. Caso esses custos tivessem sido reapresentados em 31 de dezembro de 2017 o impacto no custo das vendas seria de R\$14.199 mil.

Em milhares	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem adoção do CPC 47
Custo das vendas	(297.269)	(16.986)	(280.283)

Despesas com vendas	(37.905)	16.986	(54.891)
Lucro líquido	44.152	-	44.152

b) *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos relatórios de auditoria e de revisão dos auditores independentes com relação às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.5 – Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração exerceu julgamentos, utilizou estimativas e premissas para calcular valores reconhecidos nos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas). Os julgamentos, estimativas e respectivas premissas estão baseados na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

A Administração entende que as políticas contábeis críticas que podem ter impacto significativo, causando ajustes relevantes no valor contábil dos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas) para o encerramento de futuros exercícios financeiros são elencadas a seguir:

a) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, calculada com base no método linear considerando a vida útil estimada de tais ativos, e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada ou avaliação interna de engenheiros caso não seja possível identificar os ativos adquiridos na listagem do laudo. Esse procedimento visa a identificar as possíveis perdas e efetuar, anualmente, revisões da vida útil dos bens registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, tais revisões serão realizadas de forma prospectiva. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Instrumentos financeiros

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de produtos químicos, fertilizantes e defensivos biológicos e são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Porém, um contas a receber derivado de uma venda com um prazo longo e, portanto, com um componente financeiro relevante é mensurado como um ativo financeiro a valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso

for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: (i) títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e (ii) outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

A gestão do risco de crédito da Companhia e suas controladas em relação a clientes é centrada na análise da situação financeira e patrimonial, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. Os limites de crédito são renovados anualmente por meio de uma análise completa da situação financeira e patrimonial que resulta em um relatório completo que estabelece um valor máximo para operação, os tipos de garantias

e também um rating (classificação de risco) para cada cliente. Os novos clientes que são cadastrados para vendas a prazo também passam pelo mesmo processo de análise de crédito antes da primeira compra. O acompanhamento do cenário de exposição de crédito é constante e caso tenha algum evento importante ocorre uma reavaliação do limite já estabelecido para o ano de um cliente específico ou de um conjunto de clientes que possam sofrer o impacto desse evento ocorrido. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas e controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação, o que é constatado pela Administração da Companhia quando da ocorrência de um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

Após a realização da baixa de um ativo financeiro, a Administração não espera qualquer recuperação significativa do valor correspondente a tal ativo. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. A Administração da Companhia não realiza provisão para ativos não financeiros.

d) Provisões

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A classificação da probabilidade de perda é realizada pela Administração da Companhia com auxílio dos assessores legais externos e corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a legislação aplicável e a jurisprudência mais recente.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e as suas controladas possuem uma obrigação que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais e administrativos são constituídas para os processos cuja probabilidade de perda seja provável. A provisão para contingências é revista e atualizada considerando alterações de cenário e/ou de circunstâncias anteriormente analisadas pela Administração da Companhia, tendo como base principalmente os fatores elencados acima.

e) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é

normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimento futuros de financiamentos.

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) *natureza e o propósito da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 – Plano de Negócios

a) Investimentos

(i) Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados para aumentar sua capacidade produtiva, ingressar em novos mercados e expandir seus negócios. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$48,7 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$65,4 milhões. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$28,2 milhões.

Após a conclusão da nova planta de produtos biológicos finalizada em setembro de 2020, o que representou o maior investimento individual da Companhia nos últimos anos, a Companhia continuará a investir no aumento de sua capacidade instalada, no ingresso em novos mercados e expansão de seus negócios, particularmente na construção, a qual já está em andamento, de um centro de distribuição que servirá para a produção oriunda da nova planta industrial e também das outras unidades de São Joaquim da Barra-SP.

Além disso, a Companhia pretende utilizar a totalidade dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para realizar aquisições, no curso regular de seus negócios, de novos ativos e participações societárias que permitam agregar (a) novas competências de P&D, ou seja, acrescentar *know-how* e/ou tecnologias para ampliar e desenvolver o portfólio da Companhia; (b) novos mercados, adicionando novos clientes ou tecnologias a sua base; (c) portfólio complementar que possibilite sinergias de receita com a base de clientes atual; e (d) sinergias operacionais, com potencial otimização de custos e despesas.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida tendo como prioridade o crescimento orgânico da Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados por: (i) geração do próprio caixa operacional da Companhia; e (ii) capital de terceiros obtidos por meio de financiamentos no mercado financeiro e de capitais, de acordo com o cenário de mercado e conveniência para a Companhia. Além disso, a Companhia utilizará parte dos recursos decorrentes da oferta pública de ações da Companhia para financiar os investimentos descritos neste item.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Além dos itens citados acima, não há outros itens que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

O Departamento de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Companhia possui um intenso pipeline de desenvolvimento de insumos biotecnológicos para a agricultura. Entre 2021 a 2025 está prevista a regulamentação de aproximadamente 50 novas tecnologias relacionadas à proteção biológica de plantas contra pragas e doenças, e à nutrição biológica de plantas, que se encontram em fase de desenvolvimento. Vale ressaltar que não está previsto o uso dos recursos da oferta no Departamento de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, uma vez que a Companhia utiliza os próprios recursos gerados da operação para realizar tais investimentos. Os projetos de pesquisas são divididos nos seguintes grupos e suas respectivas etapas, totalizando 84 projetos em andamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Novos defensivos Biológicos: 20 projetos

- Seleção de microrganismo (Bioprospecção)
- Desenvolvimento de método de produção (Bioprocessos)
- Desenvolvimento de formulação
- Certificado de Registro especial temporário (RET)
- Ensaio toxicológicos
- Ensaio de eficiência agrônômica
- Análise ANVISA
- Análise IBAMA
- Análise MAPA
- Certificado de Registro para comercialização

Inclusão de alvos biológicos (pragas e doenças) nas bulas dos defensivos: 32 projetos divididos em 13 novos defensivos biológicos e 19 defensivos biológicos já registrados para comercialização.

- Ensaio de eficiência agronômica
- Laudo final e parecer técnico
- Análise ANVISA
- Análise IBAMA
- Análise MAPA
- Aprovação para inclusão do alvo biológico na bula

Novos inoculantes: 11 projetos.

- Seleção de microrganismo (Bioprospecção)
- Desenvolvimento de método de produção (Bioprocessos)
- Desenvolvimento de formulação
- Ensaio de eficiência agronômica
- Análise MAPA
- Certificado de Registro

Inclusão de novos métodos de aplicação e culturas para inoculantes: 10 projetos.

- Ensaio de eficiência agronômica
- Laudo e parecer técnico
- Análise MAPA
- Certificado de Registro

Novos Biofertilizantes: 5 projetos.

- Seleção de biocompostos
- Desenvolvimento de formulação
- Ensaio de eficácia agronômica
- Análise MAPA
- Certificado de Registro

Organominerais especiais: 6 projetos.

- Prospeção de matérias primas e microrganismos
- Desenvolvimento de formulação
- Ensaio de eficácia agronômica
- Análise do MAPA
- Certificado de Registro

Em paralelo aos projetos de desenvolvimento e regulamentação de novas tecnologias voltadas para defesa e nutrição biológica de plantas, o Departamento de P&DI da Companhia também possui vários projetos focados em:

- Melhoria processos de produção com foco na redução de custos;
- Melhoria de formulações com foco no aumento de estabilidade e eficácia agronômica;
- Homologação de matérias primas;
- Estudo de compatibilidade físico-química e biológica do portfólio da Companhia com os demais insumos utilizados pelo agricultor, como os defensivos químicos; e
- Estudos dos mecanismos de ação de todos os defensivos biológicos, inoculantes, biofertilizantes e organominerais especiais que estão em fase de Pesquisa e desenvolvimento e os que já estão regulamentados para comercialização.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia investiu R\$16,4 milhões, R\$12,2 milhões e R\$9,6 milhões, respectivamente em pesquisa e desenvolvimento. As aberturas de cada um desses gastos anuais podem ser encontradas na tabela abaixo:

Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (em milhares de R\$)	Em 31 de dezembro de:		
	2021	2020	2019
Despesas diretas de P&D	5.872	4.469	5.452
Investimento em ativo fixo	2.425	2.498	385
Custo do time para desenvolvimento e teste em campo	8.068	5.197	3.806
Total P&D	16.365	12.164	9.643

Nos últimos 5 anos, a Companhia lançou as seguintes tecnologias:

FAMÍLIA COMERCIAL	MARCAS COMERCIAIS	ANO DE LANÇAMENTO
CONTROLE BIOLÓGICO - BIOFUNGICIDA/BIONEMATICIDA	BIOBACI	2018
INOCULANTE	BIOMAX AZUM	2018
CONTROLE BIOLÓGICO - BIOFUNGICIDA/BIOBACTERICIDA	BIO-IMUNE	2018
CONTROLE BIOLÓGICO - BIOFUNGICIDA/BIONEMATICIDA	TRICHO-TURBO	2018
CONTROLE BIOLÓGICO - BIOFUNGICIDA/BIONEMATICIDA	NO-NEMA	2018
CONTROLE BIOLÓGICO - BIOINSETICIDA	BT - TURBO MAX	2019
FERTILIZANTES ESPECIAIS	MÉTIS	2019
FERTILIZANTES ESPECIAIS	MÉTIS-NUTRI	2019
FERTILIZANTES ESPECIAIS	NHT COMONI	2020
FERTILIZANTES ESPECIAIS	COMBINE MAX	2020
INOCULANTE	BIOMAX PREMIUM LÍQUIDO AMENDOIM	2020
CONTROLE BIOLÓGICO - BIOINSETICIDA	BOVERIA - TURBO SC	2021
CONTROLE BIOLÓGICO - BIOINSETICIDA	PODISI-VIT	2021
CONTROLE BIOLÓGICO - BIOINSETICIDA	CRISO-VIT	2021

10.9 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19 e o impacto operacional inicial em diferentes setores da economia global. Nossas operações não sofreram um impacto relevante em razão do momento do mercado agrícola favorável, das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas rapidamente pela Companhia, bem como de plano de ação bem implementado para garantir o *supply chain* e operação das unidades industriais. As atividades da Companhia, ligadas à produção e comercialização de insumos agrícolas para nutrição e defesa vegetal são consideradas negócios essenciais nos locais onde operamos e até o momento não estiveram sujeitas a restrições de operação, contanto que fossem observadas medidas de segurança para os profissionais envolvidos. A natureza do nosso negócio torna pouco prováveis medidas restritivas à operação, uma vez que estas teriam potencial de causar disrupções nas cadeias de suprimentos de alimentos e insumos básicos. Não obstante, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos trimestres dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

Do ponto de vista gerencial, adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades administrativas estão ocorrendo em regime parcial de home-office desde março de 2020 e adotamos medidas de reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios.

Estamos monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global da COVID-19, com o objetivo de preservar a nossa segurança, de nossos colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em nossos negócios. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes. Acreditamos que as atuais restrições não causam, até o momento, prejuízos à operação da empresa ou à geração de receitas da Companhia.

Medidas adotadas pela companhia

Comitê de Crise: Criação de um comitê de crise, entre abril a outubro de 2020, formado pelos Diretores e Conselho de Administração da Companhia, com reuniões diárias para monitorar os riscos e ações de mitigação, bem como reuniões com especialistas e assessores jurídicos para definir os melhores planos de ação para segurança dos funcionários e da Companhia.

- **Gente e Gestão:** Foram estabelecidos diversos protocolos e ações preventivas para reduzir o risco de contaminação em todas as áreas da Companhia, principalmente na

área industrial. Dentre as ações de prevenção, podemos citar o treinamento e conscientização sobre a COVID-19 aos colaboradores, bem como melhores práticas adotadas pelas entidades de saúde como o uso de máscaras e higienização das mãos e locais de trabalho. Para reduzir os riscos de contaminação na Companhia, foram estabelecidos protocolos de entrada dos funcionários, como medição de temperatura de todos os funcionários, limitação da quantidade de funcionários por ambiente, bem como o concedido licença a todos os funcionários pertencentes aos grupos de riscos. Na área de vendas, inicialmente foram canceladas todas as viagens e visitas programadas nos clientes, bem como houve o cancelamento de participação em diversos eventos. Atualmente, a participação em eventos com aglomeração como feiras ainda está proibida e viagens e visitas a clientes são feitas seletivamente dentro de um novo protocolo de melhores práticas.

- Financeiro: A Companhia tinha um cronograma de captação de linhas de dívida para fomentar o capital de giro devido ao prazo safra (recebimento dos clientes perto de maio/junho quando os produtores estão capitalizados), além disso, estávamos realizando investimento para nova fábrica da Companhia. Nesse contexto, a Companhia antecipou a captação de linhas de crédito para sustentar o capital de giro até o recebimento vinculado ao prazo safra. Além disso, a Companhia realizou medidas para conter gastos, tais como: cancelamento da participação de eventos e treinamentos presenciais, postergação do CAPEX de novos projetos e equipamentos que não iriam prejudicar a segurança dos funcionários.
- Investimentos: A Companhia reduziu a intensidade das obras da nova fábrica, uma vez que envolveriam deslocamento de diversas pessoas de localidades diferentes para a obra e poderiam impactar diretamente os funcionários do Grupo e dos próprios fornecedores. As obras ocorreram com número reduzido de funcionários e prestadores de serviço, e a fábrica entrou em operação em setembro de 2020.
- Supply Chain/Operação: Parte relevante da matéria prima utilizada nos processos produtivos da Companhia é importada de países que foram impactados pelo COVID-19, como por exemplo a China. Além disso, o câmbio também afetou o custo da matéria prima. Nesse sentido, a Companhia buscou alternativas de fornecimento no Brasil e no exterior, e até o momento não teve nenhum problema que causasse a interrupção das operações.
- Ações para Comunidade: A empresa se comprometeu com a causa da prevenção ao COVID-19, e conseguiu utilizar suas próprias instalações para produção de Álcool em Gel, que foi distribuído para cidades ao entorno.

ANEXO II

ORÇAMENTO DE CAPITAL

O Orçamento de Capital no valor de R\$32.357.512,67 (trinta e dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e doze reais e sessenta e sete centavos), para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022, será destinado para ampliação da capacidade fabril e modernização das unidades produtivas.

ANEXO III
RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$107.111.282,78 (cento e sete milhões, cento e onze mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Nos termos do artigo 38, item "iii" do Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, é de R\$15.872.112,08 (quinze milhões, oitocentos e setenta e dois mil, cento e doze reais e oito centavos). Ocorre que, no decorrer do exercício social de 2021, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2021, a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio no montante total bruto de R\$13.953.765,52 (treze milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), sendo o valor líquido de R\$12.504.282,78 (doze milhões, quinhentos e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos), que deverá ser imputado ao montante do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social de 2021.

Além disso, nos termos da Proposta da Administração, propõe-se, em adição ao dividendo mínimo obrigatório acima mencionado, a distribuição de dividendos adicionais no montante total de R\$15.258.823,57 (quinze milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos).

Evento de Declaração		RCA de 24/11/2021	AGO de 29/4/2022
Provento		Juros sobre Capital Próprio	Dividendos
Valor distribuído		R\$13.935.765,52 ⁽¹⁾	R\$18.626.652,87 ⁽²⁾
Valor Bruto por Ação	Ação Ordinária	R\$0,097545 (sendo R\$0,087413 o valor líquido após dedução de IRRF)	R\$0,106668
	Ação Preferencial	-	-
Período de apuração		1/1/2021 a 31/12/2021	1/1/2021 a 31/12/2021
Base Acionária da Distribuição		29/11/2021	4/5/2022
Data de Início das Negociações Ex-Direito		30/11/2021	5/5/2022
Data de pagamento aos acionistas		29/11/2021	Até 3/6/2022

⁽¹⁾ O montante líquido, após dedução de IRRF, é de R\$12.504.282,78.

⁽²⁾ Montante correspondente ao dividendo mínimo obrigatório de R\$15.872.112,08 somado ao dividendo adicional no montante total de R\$15.258.823,57, subtraído o valor de R\$12.504.282,78, aprovado a título de juros sobre capital próprio em Reunião

do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2021, imputado ao montante do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social de 2021.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

29% (vinte e nove por cento).

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Valor Bruto por Ação	Ação Ordinária	R\$0,106668
	Ação Preferencial	-

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos adicionais serão pagos em moeda corrente nacional até 3 de junho de 2022.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá atualização monetária ou incidência de juros entre a presente data e a data do efetivo pagamento dos dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Caso aprovada a destinação de resultado da Companhia, o pagamento dos dividendos terá como beneficiários os acionistas que estiverem inscritos nos registros da Companhia na data de 4 de maio de 2022, respeitadas as negociações realizadas até essa data, inclusive. As ações de emissão da Companhia serão negociadas *ex-direitos* ao recebimento dos dividendos a partir de 5 de maio de 2022, inclusive.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide item 2 acima.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Vide item 2 acima.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	R\$107.111.282,78	R\$81.758.540,67	R\$54.775.206,34

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2021	2020	2019
Dividendo/JCP total distribuído	R\$31.130.935,65	R\$19.791.392,55	R\$14.138.972,00
Dividendo/JCP referente às Ações Preferenciais	-	-	-
Dividendo/JCP referente às Ações Ordinárias	R\$31.130.935,65	R\$19.791.392,55	R\$14.138.972,00

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$3.341.497,28 (três milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte oito centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	2021
	R\$
Lucro Líquido do exercício	107.111.282,78
(-) Reserva de incentivos fiscais	(40.281.337,18)
Lucro Líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva de incentivos fiscais	66.829.945,60
(-) Reserva legal (5%)	(3.341.497,28)
Lucro Líquido do exercício ajustado pela constituição da Reserva Legal	63.488.448,32

Conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que

o saldo da reserva legal acrescido do montante de reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido apurado na forma da Lei das Sociedades por Ações, podendo ainda ser imputado ao valor dos dividendos o valor dos juros pagos ou creditados, de forma individualizada aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Para o exercício de 2021, o dividendo mínimo obrigatório foi pago integralmente, conforme percentual exigido pelo Estatuto Social da Companhia e na forma da Lei das Sociedades por Ações.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve proposta de retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, uma vez que o saldo do lucro líquido do exercício de 2021 não será destinado para a reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R\$40.281.337,18 (quarenta milhões, duzentos e oitenta e um, trezentos e trinta e sete reais e dezoito centavos).

b. Explicar a natureza da destinação

A redução ou isenção tributária relativa ao Convênio ICMS 100/97 é contabilizada como subvenção para investimento, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais (“CPC 07”). O reconhecimento dos benefícios advindos do incentivo é efetuado registrando-se o valor total do imposto devido no resultado. Em seguida, o valor do benefício/incentivo é reconhecido como receita de subvenção na demonstração de resultado da Companhia, em contrapartida a uma redução do passivo originalmente registrado. A receita de subvenção pode ser utilizada para as mesmas finalidades que outros tipos de receitas auferidas pela Companhia, inclusive para a distribuição de dividendos (caso sejam apurados lucros). Entretanto, a Companhia utiliza esses valores para constituição da reserva de lucros, utilizada apenas para absorver prejuízos ou aumentar o seu capital social, em atenção ao art. 30 da Lei 12.973/2014. Em procedendo dessa forma, as receitas de subvenção não são submetidas a tributação.

Se, por outro lado, a Companhia no futuro optar por incluir as receitas de subvenção registradas em reserva no seu patrimônio líquido no montante dos dividendos a distribuir, tais receitas deverão ser submetidas à incidência de IRPJ e CSLL.

ANEXO IV
INFORMAÇÕES SOBRE CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADOS
PELA ADMINISTRAÇÃO E PELOS CONTROLADORES
(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

12.5/6 – Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Wilson Fernando Romanini	16/06/1970	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	16/11/2020	2 anos	2
098.998.608-08	Administrador	Diretor Presidente	16/11/2020	Sim	100%
O Sr. Wilson é membro do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 1 (um) ano, tendo se iniciado em 16/11/2020.					
Gilmar Chbâne Bosso	10/08/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	2 anos	0
398.930.498-49	Administrador	Conselheiro Efetivo	29/04/2022	Sim	N/A
O Sr. Gilmar não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Francisco Guilherme Romanini	17/03/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/11/2020	2 anos	2
162.074.108-31	Engenheiro Químico	Presidente do Conselho de Administração	16/11/2020	Sim	100%
O Sr. Francisco é membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Ricardo Reisen de Pinho	03/01/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/11/2020	2 anos	0
855.027.907-20	Engenheiro Mecânico	Conselheiro Efetivo Independente	16/11/2020	Sim	0%
O Sr. Ricardo também exerce o cargo de membro do Comitê de Auditoria, com mandato até 16/11/2021.					
Patricia Amélia Bueno	03/04/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/03/2021	2 anos	0
114.314.488-00	Engenheira Agrônoma	Vice Presidente do Conselho de Administração e Conselho Efetivo Independente	03/03/2021	Sim	0%
A Sra. Patricia Amélia é membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.					
Alexandre Del Nero Frizzo	11/02/1983	Pertence apenas à Diretoria	16/11/2020	2 anos	0
312.504.618-12	Administrador	19 – Outros Diretores Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	16/11/2020	Sim	100%
O Sr. Alexandre é membro do Comitê de Ética da Companhia.					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Renato Peres de Melo	02/02/1960	Pertence apenas à Diretoria	16/11/2020	2 anos	0
005.747.548-22	Administrador	19 - Outros Diretores Diretor Administrativo	16/11/2020	Sim	100%
O Sr. Renato não exerce outros cargos na Companhia.					
Matheus Viotto Bezerra	20/03/1977	Pertence apenas à Diretoria	16/11/2020	2 anos	0
252.191.308-11	Engenheiro Químico	19 - Outros Diretores Diretor Industrial	16/11/2020	Sim	100%
O Sr. Matheus é membro do Comitê de Ética da Companhia.					
Edgar Zanotto	23/02/1988	Pertence apenas à Diretoria	16/11/2020	2 anos	0
019.655.691-02	Engenheiro Agrônomo	19 - Outros Diretores Diretor Comercial	16/11/2020	Sim	0%
O Sr. Edgar não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Henrique Monteiro Ferro	24/09/1984	Pertence apenas à Diretoria	16/11/2020	2 anos	0
004.130.821-21	Engenheiro Agrônomo	19 - Outros Diretores Diretor de P&D	16/11/2020	Sim	0%
O Sr. Henrique não exerce outros cargos ou funções na Companhia					

Experiência profissional / Critério de independência

Alexandre Del Nero Frizzo - 312.504.618-02

O Sr. Alexandre exerce o cargo de Diretor Financeiro da Companhia desde 2015, tendo 15 anos de experiência no mercado financeiro nas áreas de fusões e aquisições, mercado de capitais e private equity. Anteriormente, trabalhou na BRZ Investimentos, gestora de private equity que investiu no Grupo Vittia. Também teve passagem pelo Royal Bank of Scotland, LatinFinance Advisory e Banco Santander. O Sr. Alexandre graduou-se em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e possui o certificado de Chartered Financial Analyst (CFA) pelo CFA Institute.

O Sr. Alexandre não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Francisco Guilherme Romanini - 162.074.108-31

O Sr. Francisco exerce o cargo de Conselheiro desde junho de 2014. Ingressou na Companhia, em 1996, e foi durante muitos anos o diretor responsável pelas áreas técnica e industrial. Atualmente, é vice-presidente da Abisol, já tendo presidido a associação anteriormente. O Sr. Guilherme é Engenheiro Químico graduado pela Escola de Engenharia de Lorena/USP e pós-graduado *lato sensu* em Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Lavras/MG.

O Sr. Francisco não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Ricardo Reisen de Pinho - 855.027.907-20

O Sr. Ricardo exerce o cargo de Conselheiro da Companhia desde 2020, tendo uma vasta experiência em conselhos de administração. Desde 2006 atua como membro de conselhos de administração. É membro independente dos Conselhos da Naturgy Brasil, Invepar, Vittia, Brado Logística, Bradespar e da Editora do Brasil. Foi membro dos Conselhos de Administração da Light SA, Light SESA e Light Energia, Oi, EMGEA, BR Insurance, Tupy, ItacaréCapital, Saraiva, Metalfrio e Banco Nossa Caixa. Foi Conselheiro Fiscal das Lojas Americanas e Embratel, assim como do Conselho

Experiência profissional / Critério de independência

Consultivo do LABSSJ e Voluntário na AACD. Como conselheiro, participa de comitês de finanças, auditoria, pessoas e governança, estratégia e sustentabilidade em algumas das companhias citadas.

Atuou entre 1985 e 2001 como executivo nas áreas de corporate finance, investment banking e planejamento estratégico nos bancos Itaú, Garantia e ABNAMRO Brasil. Atuou também como pesquisador sênior da Harvard Business School entre 2002 e 2012. É formado em engenharia mecânica, com mestrado em engenharia de produção/finanças, ambas pela PUC-RJ, e doutorado em administração/estratégia pela FGV EAESP, com especialização em administração por Wharton (AMP01) e Harvard (PMD99). É conselheiro certificado pelo IBGC desde 2010 e tem vasta publicação internacional na Harvard Business Publishing.

O Sr. Ricardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

O Sr. Ricardo é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Matheus Viotto Bezerra – 252.191.308-11

O Sr. Matheus exerce o cargo de Diretor Industrial na Companhia desde 2016, tendo 20 anos de experiência na área industrial. Exerceu cargos gerenciais de operações, qualidade, gestão, manutenção, projetos e sustentabilidade. Neste período, atuou na Votorantim Cimentos em unidades localizadas nas regiões Sudeste, Centro Oeste e Norte do país. O Sr. Matheus é Engenheiro Químico pela Universidade Federal de Uberlândia, onde também iniciou o curso de Ciências Econômicas, possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e MBA em Finanças no IBMEC.

O Sr. Matheus não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Renato Peres de Melo – 005.747.548-22

Experiência profissional / Critério de independência

O Sr. Renato exerce o cargo de Diretor Administrativo na Companhia desde 2002, tendo 40 anos de experiência na área administrativo-financeira. Exerceu diversas posições gerenciais em diversas empresas como Crefisul, Sul América, Ituverauto Veículos e Matel Mec Agro Técnica. O Sr. Renato é técnico em contabilidade e administrador pelo Centro Universitário Uniseb.

O Sr. Renato não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Gilmar Chbâne Bosso – 398.930.498-49

O Sr. Gilmar é graduado em administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, certificação do IBGC e possui mais de 45 anos de experiência no agronegócio. O Sr. Gilmar é sócio proprietário da GV Consultoria e atua em consultoria empresarial no ramo de agronegócios, sendo que atuou também como Conselheiro Presidente da Agrichem do Brasil, que além de ter sido um de seus fundadores no Brasil, exerceu a função de Diretor Presidente. Ademais, o Sr. Gilmar trabalhou anteriormente no Banco Econômico da Bahia, em São Paulo.

O Sr. Gilmar não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Wilson Fernando Romanini – 098.998.608-08

O Sr. Wilson é Conselheiro e Diretor Presidente da Companhia, tendo ingressado em 1992. Tem 28 anos de experiência no setor de fertilizantes sendo o CEO do Grupo há mais de 15 anos. Antes de assumir a presidência da Companhia, já atuou como responsável pelas áreas comercial, administrativa e financeira. Anteriormente, teve passagens pelo Banco do Brasil e Arthur Andersen. O Sr. Wilson é graduado em Economia pela PUC/Campinas.

O Sr. Wilson não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Experiência profissional / Critério de independência

Edgar Zanotto – 019.655.691-02

O Sr. Edgar é Diretor Comercial da Companhia e sócio fundador da Biovalens Ltda. Tem 13 anos de experiência em produtos e mercado de defensivos biológicos. Como profissional teve uma breve passagem na Monsanto e Agrichem, tendo decidido em seguida fundar a Biovalens. É graduado em Engenharia Agrônômica e mestre em Agronomia e Fitopatologia com ênfase em controle biológico de doenças de plantas.

O Sr. Edgar não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Henrique Monteiro Ferro – 004.130.821-21

O Sr. Henrique é sócio e Diretor de P&D da Companhia e sócio fundador da Biovalens Ltda. Tem 14 anos de experiência em Pesquisa e Desenvolvimento de defensivos biológicos, seleção de microrganismos para controle biológico, estudos de mecanismos de ação, desenvolvimento de processos de produção e formulações de defensivos biológicos. Como profissional, foi Gerente de produção no Laboratório Farroupilha e, atualmente, é Conselheiro da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), sócio e Diretor de P&D da Biovalens. É graduado em Engenharia Agrônômica, Mestre e Doutor em Agronomia/Fitopatologia com ênfase em controle biológico pela Universidade de Lavras (UFLA) e realizou Doutorado na University of Delaware (UD/EUA).

O Sr. Henrique não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Patrícia Amélia Bueno – 114.314.488-00

A Sra. Patrícia Amélia exerce o cargo de Conselheira da Companhia desde 2021, tem mais de 24 anos de experiência em agronegócio e atua há mais de 21 anos em diversas áreas de multinacionais, sendo fundadora e CEO da EasyHub Ltda. Além disso, foi Diretora de Inovação Global da Plant Impact do Brasil Tecnologia em Nutrição e consultora global da Arysta Lifescience, em Colônia, na Alemanha. É graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade Paulista - UNESP e pós-graduada em Administração de Marketing pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCAMP. Possui, ainda, uma graduação internacional em Post-MBA, pela Saint Paul Business School. Atualmente, cursa MBA em Transformação Digital e o Futuro dos Negócios na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Experiência profissional / Critério de independência

A Sra. Patrícia Amélia não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

A Sra. Patrícia é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

12.7/8 – Composição dos comitês

Nome	Data de nascimento	Tipo de Comitê	Tipo de Auditoria	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Ocimar da Silva	22/11/1970	Comitê de Auditoria	Estatutário não aderente à Instrução nº 308	16/11/2020	1 ano	0
081.472.758-11	Contador	Membro sem Designação Específica		16/11/2020	Sim	0%
Paulo Henrique dos Reis	07/02/1986	Comitê de Auditoria	Estatutário não aderente à Instrução nº 308	16/11/2020	1 ano	0
086.476.856-79	Administrador de empresas	Membro sem Designação Específica		16/11/2020	Sim	0%
Ricardo Reisen de Pinho	03/01/1961	Comitê de Auditoria	Estatutário não aderente à Instrução nº 308	16/11/2020	1 ano	0
855.027.907-20	Engenheiro mecânico	Coordenador	Membro Independente do Conselho de	16/11/2020	Sim	0%

Nome	Data de nascimento	Tipo de Comitê	Tipo de Auditoria	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
			Administração da Companhia			
Membro Independente do Conselho de Administração da Companhia						
Alexandre Del Nero Frizzo	11/02/1983	Comitê de Ética	N/A	03/03/2021	1 ano	0
312.504.618-02	Administrador de empresas	Membro sem Designação Específica	12 - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	03/03/2021	Sim	0%
O Sr. Alexandre é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia.						
Gabriela Rezende Dias Spezzi	20/09/1991	Comitê de Ética	N/A	03/03/2021	1 ano	0
381.037.018-58	Engenheira Química	Membro sem Designação Específica	N/A	03/03/2021	Sim	0%
A Sra. Gabriela não possui outro cargo na Companhia.						
Matheus Viotto Bezerra	20/03/1977	Comitê de Ética	N/A	03/03/2021	1 ano	0
252.191.308-11	Engenheiro químico	Membro sem Designação Específica	19 - Outros Diretores Diretor Industrial	03/03/2021	Sim	0%
O Sr. Matheus é Diretor Industrial da Companhia.						

Nome	Data de nascimento	Tipo de Comitê	Tipo de Auditoria	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Simone de Souza Andrade	15/07/1984	Comitê de Ética	N/A	03/03/2021	1 ano	0
326.093.678-56	Administradora de empresas	Membro sem Designação Específica	N/A	03/03/2021	Sim	0%
A Sra. Simone é Gerente Executiva de Recursos Humanos na Companhia.						
Francisco Guilherme Romanini	17/03/1973	Comitê de Sustentabilidade	N/A	03/03/2021	1 ano	0
162.074.108-31	Engenheiro Químico	Membro sem Designação Específica	N/A	03/03/2021	Sim	0%
O Sr. Francisco é Presidente do Conselho de Administração da Companhia.						
Tomaz Grisanti de Moura	10/05/1978	Comitê de Sustentabilidade	N/A	03/03/2021	1 ano	0
290.370.998-07	Engenheiro	Membro sem Designação Específica	N/A	03/03/2021	Sim	0%
O Sr. Tomaz não exerce outros cargos na Companhia.						
Patrícia Amélia Bueno	03/04/1973	Comitê de Sustentabilidade	N/A	03/03/2021	1 ano	0
114.314.488-00	Engenheira Agrônoma	Membro sem Designação Específica	N/A	03/03/2021	Sim	0%

Nome	Data de nascimento	Tipo de Comitê	Tipo de Auditoria	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos e funções exercidos na Companhia

A Sra. Patrícia Amélia é Conselheira Efetiva Independente da Companhia.

Experiência profissional / Critério de independência

Ricardo Reisen de Pinho – 855.027.907-20

O Sr. Ricardo exerce o cargo de Conselheiro da Companhia desde 2020. Desde 2006 atua como membro de conselhos de administração. É membro independente dos Conselhos da Naturgy Brasil, Invepar, Vittia, Brado Logística, Bradespar e da Editora do Brasil. Foi membro dos Conselhos de Administração da Light SA, Light SESA e Light Energia, Oi, EMGEA, BR Insurance, Tupy, ItacaréCapital, Saraiva, Metalfrio e Banco Nossa Caixa. Foi Conselheiro Fiscal das Lojas Americanas e Embratel, assim como do Conselho Consultivo do LABSSJ e Voluntário na AACD. Como conselheiro, participa de comitês de finanças, auditoria, pessoas e governança, estratégia e sustentabilidade em algumas das companhias citadas.

Atuou entre 1985 e 2001 como executivo nas áreas de corporate finance, investment banking e planejamento estratégico nos bancos Itaú, Garantia e ABNAmro Brasil. Atuou também como pesquisador sênior da Harvard Business School entre 2002 e 2012. É formado em engenharia mecânica, com mestrado em engenharia de produção/finanças, ambas pela PUC-RJ, e doutorado em administração/estratégia pela FGV EAESP, com especialização em administração por Wharton (AMP01) e Harvard (PMD99). É conselheiro certificado pelo IBGC desde 2010 e tem vasta publicação internacional na Harvard Business Publishing.

O Sr. Ricardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Ocimar da Silva – 081.472.758-11

O Sr. Ocimar é graduado em Ciências Contábeis pela instituição Moura Lacerda em 1992 e pós graduado em Análise Econômica pela Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia FUNDACE-RP.

Experiência profissional / Critério de independência

O Sr. Ocimar não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Paulo Henrique dos Reis – 086.476.856-79

O Sr. Paulo Henrique é graduado em Desenho Industrial pela Universidade de Franca (UNIFRAN) em 2008 e em Administração de Empresas pela Faculdades COC em 2014. É pós graduado em Gestão da Engenharia e Logística Industrial pela Universidade de Franca (UNIFRAN).

O Sr. Paulo Henrique não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Alexandre Del Nero Frizzo - 312.504.618-02

O Sr. Alexandre exerce o cargo de Diretor Financeiro da Companhia desde 2015, tendo 15 anos de experiência no mercado financeiro nas áreas de fusões e aquisições, mercado de capitais e private equity. Anteriormente, trabalhou na BRZ Investimentos, gestora de private equity que investiu no Grupo Vittia. Também teve passagem pelo Royal Bank of Scotland, LatinFinance Advisory e Banco Santander. O Sr. Alexandre graduou-se em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e possui o certificado de Chartered Financial Analyst (CFA) pelo CFA Institute.

O Sr. Alexandre não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Gabriela Rezende Dias Spezzi – 381.037.018-58

A Sra. Gabriela atua como Coordenadora de Assuntos Regulatórios e trabalha na Companhia há mais de 10 anos. Formada em Engenharia Química pela Universidade de Ribeirão Preto e com MBA em Agronegócio pela Universidade de São Paulo (USP).

Experiência profissional / Critério de independência

A Sra. Gabriela não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Matheus Viotto Bezerra – 252.191.308-11

O Sr. Matheus exerce o cargo de Diretor Industrial na Companhia desde 2016, tendo 20 anos de experiência na área industrial. Exerceu cargos gerenciais de operações, qualidade, gestão, manutenção, projetos e sustentabilidade. Neste período, atuou na Votorantim Cimentos em unidades localizadas nas regiões Sudeste, Centro Oeste e Norte do país. O Sr. Matheus é Engenheiro Químico pela Universidade Federal de Uberlândia, onde também iniciou o curso de Ciências Econômicas, possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e MBA em Finanças no IBMEC.

O Sr. Matheus não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Simone de Souza Andrade – 326.093.678-56

A Sra. Simone exerce o cargo de Gerente Executiva de Recursos Humanos na Companhia desde 2016, tendo 16 anos de experiência na área de RH e 11 anos de experiência como gestora. Exerceu cargos gerencial de Mesa Operacional e Benefícios e de coordenação de Benefícios em outras empresas do mercado dos ramos da prestação de serviços e da indústria farmacêutica. A Sra. Simone é Administradora pelo Centro Universitário Moura Lacerda (Ribeirão Preto/SP). Adicionalmente, também é Tradutora de Inglês pelo Centro Universitário Barão de Mauá (Ribeirão Preto/SP) e possui uma Pós-Graduação em Essencial Master Coach pelo IPOG (Ribeirão Preto/SP).

A Sra. Simone não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Francisco Guilherme Romanini - 162.074.108-31

Experiência profissional / Critério de independência

O Sr. Guilherme exerce o cargo de Conselheiro desde junho de 2014. Ingressou na Companhia, em 1996, e foi durante muitos anos o diretor responsável pelas áreas técnica e industrial. Atualmente, é vice-presidente da Abisolo, já tendo presidido a associação anteriormente. O Sr. Guilherme é Engenheiro Químico graduado pela Escola de Engenharia de Lorena/USP e pós-graduado lato sensu em Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Lavras/MG.

O Sr. Francisco não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Tomaz Grisanti de Moura – 290.370.998-07

O Sr. Tomaz exerce o cargo de Conselheiro da Companhia desde junho de 2014. É sócio da BRZ Investimentos e atua na indústria de private equity há 18 anos. Trabalhou anteriormente na Votorantim Novos Negócios e na Matlin Patterson. O Sr. Tomaz participa do Conselho de Administração da Amata, Eco Florestas, Brado, Regina, Agrovia, tendo tido participação em outros conselhos como Telefutura (Tivit), AnFreixo, entre outras. O Sr. Tomaz é graduado em Engenharia de Produção pela Poli-USP e possui MBA pela Harvard Business School.

O Sr. Tomaz não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Patrícia Amélia Bueno – 114.314.488-00

A Sra. Patrícia Amélia exerce o cargo de Conselheira da Companhia desde 2021, tem mais de 24 anos de experiência em agronegócio e atua há mais de 21 anos em diversas áreas de multinacionais, sendo fundadora e CEO da EasyHub Ltda. Além disso, foi Diretora de Inovação Global da Plant Impact do Brasil Tecnologia em Nutrição e consultora global da Arysta Lifescience, em Colônia, na Alemanha. É graduada em Engenharia Agrônoma pela Universidade Paulista - UNESP e pós-graduada em Administração de Marketing pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCAMP. Possui, ainda, uma graduação internacional em Post-MBA, pela Saint Paul Business School. Atualmente, cursa MBA em Transformação Digital e o Futuro dos Negócios na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Experiência profissional / Critério de independência

A Sra. Patrícia Amélia não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo/Função				

Administrador do emissor ou controlada

Wilson Fernando Romanini Diretor Presidente e Conselheiro	098.998.608-08	Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.	45.365.558/0001-09	Irmão
--	----------------	--	--------------------	-------

Pessoa Relacionada

Francisco Guilherme Romanini Conselheiro	162.074.108-31	Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.	45.365.558/0001-09	
---	----------------	--	--------------------	--

Observação

-

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não havia qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

ANEXO V
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE INDEPENDÊNCIA DOS CANDIDATOS INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Este relatório consubstancia a análise e as conclusões a respeito da adequação dos candidatos indicados como conselheiros independentes ao Conselho de Administração da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. ("Companhia" e "Relatório", respectivamente) em relação à sua qualificação como conselheiro independente para fins do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento Novo Mercado") segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

I. PRESSUPOSTOS DE INDEPENDÊNCIA DO CONSELHEIRO

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a análise da independência dos membros do Conselho de Administração deve ser realizada em face de impedimentos objetivos, os quais uma vez verificados, impedem a atribuição da qualificação de conselheiro independente, e parâmetros subjetivos que levam em conta o relacionamento da pessoa com a Companhia, seu acionista controlador e administradores e a possibilidade de tal vínculo afetar a independência do conselheiro de administração.

São considerados impedimentos à caracterização de conselheiro independente, nos termos do artigo 16, parágrafo 1º, do Regulamento do Novo Mercado:

- i. ser acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- ii. ter o exercício do voto nas reuniões do Conselho de Administração restrito ou vinculado por acordo de acionistas relacionado à Companhia;
- iii. ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; ou
- iv. ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.

Caso o indicado não preencha nenhuma das hipóteses de impedimento acima referidas, devem ainda ser analisados determinados relacionamentos do candidato que, em função de suas características, magnitude e extensão, possam implicar perda da sua independência.

Segundo o artigo 16, parágrafo 2º, do Regulamento do Novo Mercado, as relações que dependem de análise são as seguintes:

- i. parentesco por afinidade, até segundo grau, do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador;
- ii. relação de emprego ou de exercício de cargo de diretoria, nos últimos 3 (três) anos, de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;

- iii. relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- iv. ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e
- v. recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

II. INDICADOS AO CARGO DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE

Indica-se para compor o Conselho de Administração como conselheiros independentes, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os seguintes conselheiros: (i) Patrícia Amélia Bueno; e (ii) Ricardo Reisen de Pinho.

No que tange aos indicados aos cargos de conselheiros independentes, entendemos, com base nas informações disponibilizadas e nas declarações apresentadas por cada um dos candidatos aos membros do Conselho de Administração da Companhia, que tais indicados cumprem com os requisitos de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, e, portanto, podem ser considerados como aptos para o exercício das funções a que concorrem.

São Joaquim da Barra, 28 de março de 2022.

Francisco Guilherme Romanini

Presidente do Conselho de
Administração

Tomaz Grisanti de Moura

Vice-Presidente do Conselho de
Administração

Wilson Frenando Romanini

Membro do Conselho de
Administração

ANEXO VI
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(Item 13 do Formulário de Referência)

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

13.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 16 de novembro de 2020 e que se encontra disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.vittia.com.br).

A prática de remuneração da Companhia para o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, quando instalado, tem por objetivo o reconhecimento pelos serviços desenvolvidos e visa incentivar, reter e atrair profissionais qualificados, garantindo o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e os padrões de governança corporativa aos quais a Companhia está submetida.

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, sendo que o referido órgão não foi instalado nos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019 ou no exercício social corrente.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Pró-labore. A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração, exceto em casos em que os conselheiros também atuem como executivos, é composta por uma remuneração mensal fixa. A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia, sendo estabelecida de acordo com a legislação e os padrões de mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração não inclui nenhum benefício. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício do cargo em questão.

Participação em Comitês.

Os membros do Conselho de Administração não fizeram jus a remuneração por participação em comitês até o ano de 2021.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões. No entanto, os membros do Conselho de Administração que ocuparem outros cargos na Companhia poderão fazer jus ao recebimento de remuneração variável.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

A Companhia não possui remuneração baseada em ações em vigor para o Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Pró-labore. Nossos executivos (diretores estatutários) fazem jus a remuneração fixa que tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria da Companhia (responsáveis pelas decisões, estratégias e políticas da organização), sendo que, para fins da Política de Remuneração da Companhia, a Diretoria pertence ao 1º nível hierárquico de remuneração da organização.

Benefícios Diretos e Indiretos.

A Política de Remuneração da Companhia prevê os seguintes benefícios para seus colaboradores: (i) vale Alimentação; (ii) assistência médica; (iii) vale transporte; (iv) previdência privada; e (v) seguro de Vida.

Participação em Comitês

Os membros da Diretoria Estatutária atualmente não fazem jus a remuneração por participação em comitês. Sem prejuízo, nos termos da Política de Remuneração, tais membros podem ser remunerados por sua participação em comitês, conforme for estipulado pelo Conselho de Administração, respeitando os parâmetros de mercado para tal função.

Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração variável anual, baseada no atingimento de metas definidas periodicamente, que tem como objetivo estimular o envolvimento dos profissionais na busca de melhores resultados para a Companhia.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

A Companhia, atualmente, não possui remuneração baseada em ações em vigor. Não obstante, a Política de Remuneração prevê adoção de plano de remuneração baseado em ações como diferencial de remuneração variável, o que pode incluir no futuro a aprovação de um Plano de Incentivo com Ações Restritas, sendo que o Conselho de Administração da Companhia poderá definir um prazo de carência e condicionar a participação dos diretores à elegibilidade e/ou à efetiva participação do respectivo beneficiário em planos ou programas de compra de ações da Companhia, bem como estabelecer, como condição para o recebimento de ações restritas, o efetivo exercício de eventuais opções outorgadas no âmbito de tais planos ou programas.

Comitês Estatutários

Os membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração podem ter remuneração específica por tal função. A remuneração será estipulada oportunamente pelo Conselho de Administração, respeitando os parâmetros de mercado para tal função.

ii. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100,00%	62,89%	N/A	N/A
Remuneração Variável	0,00%	37,11%	N/A	N/A

Pós Emprego	0,00%	0,00%	N/A	N/A
Baseada em Ações	0,00%	0,00%	N/A	N/A
TOTAL	100,00%	100,00%	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100,00%	59,57%	N/A	N/A
Remuneração Variável	0,00%	40,43%	N/A	N/A
Pós Emprego	0,00%	0,00%	N/A	N/A
Baseada em Ações	0,00%	0,00%	N/A	N/A
TOTAL	100,00%	100,00%	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100,00%	83,82%	N/A	N/A
Remuneração Variável	0,00%	16,18%	N/A	N/A
Pós Emprego	0,00%	0,00%	N/A	N/A
Baseada em Ações	0,00%	0,00%	N/A	N/A
TOTAL	100,00%	100,00%	N/A	N/A

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores globais pagos aos administradores da Companhia são calculados e atualizados anualmente pelo IPCA, aprovados pela assembleia geral de acionistas e, posteriormente, distribuídos entre os administradores pelo Conselho de Administração da Companhia.

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor, bem como nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, de forma que a remuneração dos administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho descritos no item "c" abaixo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição.

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração, alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia

A Companhia acredita que o pagamento de bônus baseado em indicadores financeiros alinha os interesses de médio e longo prazo de seus administradores com os da instituição, à medida que busca desenvolver neles o sentimento de "dono", conforme sejam remunerados pelos resultados positivos da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Na data desta Proposta da Administração, a Companhia não possuía nenhum membro não remunerado.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração atribuída aos administradores da Companhia: responsabilidades de cada cargo, desempenho individual, expansão dos negócios e performance em relação aos resultados da Companhia, sendo utilizados para tanto indicadores estratégicos da Companhia, como EBITDA, receita, crescimento, satisfação dos clientes, volume de vendas e despesas, bem como outros fatores estratégicos, como desenvolvimento de projetos estratégicos, retenção de talentos e aderência a padrões da Companhia. O modelo de avaliação de desempenho da administração, quando aplicável, é baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período a partir de planejamento estratégico empresarial.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos administradores é estruturada pela evolução dos indicadores de desempenho individuais ou coletivos, levando em consideração o atingimento das metas da Companhia como um todo (incluindo relacionadas a indicadores estratégicos da Companhia, como EBITDA, receita, crescimento, satisfação dos clientes, volume de vendas e despesas), bem como o atingimento das metas individuais de cada administrador.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

A parcela fixa da remuneração dos administradores, é uma forma de se buscar a compatibilidade da política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a gestão de riscos da Companhia. Assim, a estrutura da política de remuneração visa evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas.

A Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de salários compatíveis com os níveis de mercado e busca por meio da meritocracia premiar o alcance e a superação de metas.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data desta Proposta da Administração, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia. Contudo, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 14 de maio de 2020, a remuneração da Diretoria Executiva da Companhia poderá ser suportada por subsidiárias.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data desta Proposta da Administração, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário atribuídos aos administradores da Companhia.

h) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração e a Gerência de Recursos Humanos da Companhia são os principais órgãos responsáveis pelo processo decisório de remuneração da Companhia.

Ao Conselho de Administração cabe determinar a proporção de cada componente da remuneração dos Diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia, sempre considerando a remuneração global fixada pela Assembleia Geral de Acionistas para cada

exercício social. Adicionalmente, cabe aos administradores da Companhia avaliar a adequação dos administradores aos indicadores de desempenho estabelecidos pela Companhia para fins de determinação da remuneração variável dos colaboradores.

A Gerência de Recursos Humanos é responsável pela manutenção e atualização da tabela salarial, que, nos termos da Política de Remuneração da Companhia, é um documento em grupos e faixas salariais, onde cada faixa salarial corresponde a um grupo salarial, projetada de acordo com pesquisas salariais e acordos coletivos anuais. Adicionalmente, é responsável pelo cronograma de avaliação de desempenho individual e formal dos colaboradores da Companhia a ser seguido pelo Conselho de Administração, bem como pela elaboração e revisão da Política de Remuneração da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é estabelecida pelo Conselho de Administração e tem como objetivo o alinhamento dos executivos com a estratégia de longo prazo definida pelo Conselho, é estabelecida de acordo com os seguintes critérios: (i) responsabilidades do cargo; (ii) desempenho individual; (iii) expansão dos negócios da Companhia; e (iv) performance em relação aos resultados da Companhia. Adicionalmente, a remuneração da Companhia se baseia na Tabela Salarial mencionada no item (i) acima, a qual é atualizada anualmente com base em pesquisas salariais e acordos coletivos anuais e está sob responsabilidade da Área de Recursos Humanos da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração fixa da Diretoria e do Conselho de Administração são ajustadas todo mês de abril pela inflação e/ou por mérito.

13.2 – Remuneração total do Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	6	N/A	11
Nº de membros remunerados	5	6	N/A	11
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$1.971.065,10	R\$4.599.208,42	N/A	R\$6.570.273,52
Benefícios direto e indireto	N/A	R\$638.119,67	N/A	R\$638.119,67
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas			N/A	
Remuneração variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	R\$2.882.008,44	N/A	R\$2.882.008,44
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP.	O Conselho Fiscal não foi instalado.	
Total da remuneração	R\$1.971.065,10	R\$8.119.336,53 ⁽¹⁾	N/A	R\$10.090.401,63 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ O referido valor inclui a parcela de Participação de resultados prevista, que deverá ser apurada ao final do exercício social de 31 de dezembro de 2022 pela Companhia.

Remuneração total do exercício social 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	7	N/A	12
Nº de membros remunerados	5	7	N/A	12
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$1.014.418,55	R\$4.321.617,70	N/A	R\$5.336.036,24
Benefícios direto e indireto	N/A	R\$367.929,63	N/A	R\$367.929,63
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros			N/A	
Descrição de outras remunerações fixas			N/A	

Remuneração variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	R\$2.767.487,96	N/A	R\$2.767.487,96
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP.	O Conselho Fiscal não foi instalado.	
Total da remuneração	R\$1.014.418,55	R\$7.457.035,29 ⁽²⁾	0	R\$8.471.453,84

(2) O referido valor inclui a parcela de Participação de resultados prevista, que está em fase de apuração pela Companhia.

Remuneração total do exercício social 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	5	N/A	9
Nº de membros remunerados	4	5	N/A	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$326.577,76	R\$2.643.022,65	N/A	R\$2.969.600,41
Benefícios direto e indireto	N/A	R\$202.721,43	N/A	R\$202.721,43
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros			N/A	
Descrição de outras remunerações fixas			N/A	
Remuneração variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	R\$1.793.687,32	N/A	R\$1.793.687,32
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e	O número de membros do Conselho de Administração e	O Conselho Fiscal não foi instalado.	

	da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP.	da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP.		
Total da remuneração	R\$326.577,46	R\$4.639.431,40	0	R\$4.966.009,16

Remuneração total do exercício social 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	5	N/A	8
Nº de membros remunerados	3	5	N/A	8
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$308.083,32	R\$2.559.327,43	N/A	R\$2.867.410,75
Benefícios direto e indireto	N/A	R\$187.574,00	N/A	R\$187.574,00
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros			N/A	
Descrição de outras remunerações fixas			N/A	
Remuneração variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	R\$493.924,07	N/A	R\$493.924,07
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP.	O Conselho Fiscal não foi instalado.	
Total da remuneração	R\$308.083,32	R\$3.240.825,50	N/A	R\$3.548.908,82

13.3 – Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e conselho fiscal

Prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	6	N/A	11
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	5	6	N/A	11
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$2.882.008,44	N/A	R\$2.882.008,44
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$2.305.606,75	N/A	R\$2.305.606,75

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular Anual CVM/SEP.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	7	N/A	12
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	5	7	N/A	12
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$2.767.487,96	N/A	R\$2.767.487,96
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$2.391.124,90	N/A	R\$2.391.124,90

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular Anual CVM/SEP.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4	5	N/A	9
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	4	5	N/A	9
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$2.248.703,73	N/A	R\$2.248.703,73
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$1.798.962,98	N/A	R\$1.798.962,98

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular Anual CVM/SEP.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total

Número total de membros	3	5	N/A	8
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	3	5	N/A	8
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$2.176.804,78	N/A	R\$2.176.804,78
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$2.176.804,78	N/A	R\$2.176.804,78
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$1.741.443,82	N/A	R\$1.741.443,82

(2) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular Anual CVM/SEP.

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e diretoria estatutária

a) Termo e condições gerais

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de março de 2021, o Plano de Incentivo Baseado em Ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições para concessão de incentivos baseados em ações de emissão da Companhia aos colaboradores (administradores e empregados), os quais serão selecionados pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério.

b) Principais objetivos do plano

Os principais objetivos do Plano são:

- i. aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia;
- ii. reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados da Companhia que mantenham vínculo de emprego ou estatutário com a Companhia, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia;
- iii. possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo, a oportunidade de se tornarem acionistas e incentivar o sentimento de “dono” da Companhia nos diretores e empregados da Companhia;
- iv. estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais, bem como a consecução dos seus objetivos sociais, alinhado aos interesses de seus acionistas, por meio do comprometimento de longo prazo de certos administradores e empregados elegíveis da Companhia que venham a ser beneficiários e fazer jus à concessão dos Incentivos; e
- v. promover o bom desempenho da Companhia e os interesses de seus acionistas, mediante o comprometimento de longo prazo de seus diretores e empregados.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano estimula a evolução do desempenho operacional e financeiro da Companhia ao permitir que quaisquer de seus colaboradores que sejam administradores ou empregados da Companhia, sejam elegíveis, a critério do Conselho de Administração, adquiram ações da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano estimula a evolução do desempenho operacional e financeiro da Companhia, ao permitir que seus colaboradores elegíveis adquiram ações da Companhia, viabilizando a atração e retenção de profissionais qualificados.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Ao promover uma atitude de “dono” e engajar os beneficiários no cumprimento das suas respectivas metas, o Plano alinha os interesses dos beneficiários aos interesses dos acionistas e estimula o crescimento sustentável da Companhia. Não obstante, o Plano estimula uma visão de longo prazo, focado na geração de valor agregado e na valorização dos seus colaboradores.

f) Número máximo de ações abrangidas

Até 3% (três por cento) do total de ações da Companhia, na data da concessão.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Até 3% (três por cento) do total de ações da Companhia, na data da concessão.

h) Condições de aquisição das ações

A outorga dos Incentivos aos Beneficiários será por meio da celebração de contrato de adesão entre a Companhia e os Beneficiários, que fixarão todos os termos e as condições dos Incentivos, conforme os programas. As condições de aquisição das ações serão definidas nos programas implementados pelo Conselho de Administração.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os critérios de fixação do preço de aquisição ou do exercício serão definidos no âmbito dos programas que serão implementados pelo Conselho de Administração.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Exceto se de outra forma decidido pelo Conselho de Administração as Opções se tornarão exercíveis na medida que os respectivos Participantes permanecerem continuamente vinculados como administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle.

k) Forma de liquidação

O preço de exercício será pago à vista e em dinheiro pelos Beneficiários, mediante a utilização de recursos próprios do Beneficiário. A titularidade das ações adquiridas mediante o exercício das opções será transferida aos Beneficiários após a quitação do correspondente preço de exercício, observados os procedimentos e prazos exigidos pelo agente escriturador ou custodiante das Ações.

l) Restrições à transferência das ações

O Plano não impedirá qualquer transferência das ações.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão, a extinção ou a alteração do prazo do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de Ações por parte dos Participantes.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração definirá, quando da estruturação dos termos e condições dos programas, os efeitos (manutenção ou perda dos incentivos) decorrentes do desligamento do participante.

13.5 – Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que até a presente data a Companhia não havia concedido qualquer ação no âmbito do seu plano de remuneração baseado em ações.

13.6 – Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Não aplicável, tendo em vista que até a presente data a Companhia não havia concedido qualquer ação no âmbito do seu plano de remuneração baseado em ações.

13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que até a presente data a Companhia não havia concedido qualquer ação no âmbito do seu plano de remuneração baseado em ações.

13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que até a presente data a Companhia não havia concedido qualquer ação no âmbito do seu plano de remuneração baseado em ações.

13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 31/12/2021

Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	86.794.427	86.794.427
Diretoria	5.559.206	5.559.206
Conselho Fiscal	0	0

Nos termos do Ofício Circular Anual CVM/SEP, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

A quantidade de ações ordinárias e o número total de ações indicados na linha do Conselho de Administração da tabela acima correspondem às ações de titularidade dos acionistas controladores da Companhia W F R Participações Ltda. e F G R Participações Ltda., sociedades holdings que 99,99% dos seus respectivos capitais sociais eram detidos pelos Srs. Wilson Fernando Romanini, membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia em 31 de dezembro de 2021, e Francisco Guilherme Romanini, Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2021, respectivamente.

13.10 – Informações em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	4	7
c. número de membros remunerados	0	4
d. nome do plano	N/A	Renda total empresarial VGBL
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0
f. condições para se aposentar antecipadamente	N/A	O plano não possui essa previsão.
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	O plano foi instituído durante o último exercício social.
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$72.000,00
i. se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate é autorizado a cada 60 dias de acordo com a regra contratual.

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	5	4	3	7	5	5	N/A	N/A	N/A
Nº de membros Remunerados	5	4	3	7	5	5	N/A	N/A	N/A
Valor da maior Remuneração (Reais)	R\$240.000	R\$105.748	R\$102.694	R\$2.166.680	R\$1.886.563	R\$1.235.837	N/A	N/A	N/A
Valor da menor Remuneração (Reais)	R\$111.233	R\$9.333	R\$102.694	R\$703.743	R\$628.862	R\$467.719	N/A	N/A	N/A
Valor médio da Remuneração (Reais)	R\$169.069	R\$81.644	R\$102.694	R\$962.395	R\$927.886	R\$648.165	N/A	N/A	N/A

13.12 – Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Na data deste Formulário de Referência, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 – Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração de cada órgão reconhecida no resultado detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos

Exercício de 2021	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$1.014.418,55	0	R\$7.457.035,29
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$266.960,35	0	R\$2.371.459,56
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	26,32%	0	31,80%

Exercício de 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$326.577,46	0	R\$2.643.022,65
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$211.496,08	0	R\$971.279,91
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	64,76%	0	36,74%

Exercício de 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$308.083,32	0	R\$2.559.327,43
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$205.388,08	0	R\$942.475,14
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	66,67%	0	36,83%

13.14 – Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado) não perceberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

13.15 – Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal.

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros do seu Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

13.16 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.